

ADverso

ADVERSO 217 | novembro - dezembro 2015

ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00217



Ano novo, casa nova



**Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA**
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - Maria Luiza Ambros von Holleben
1º Vice-Presidente - Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
2º Vice-Presidente - Marilda da Cruz Fernandes
1º Secretário - Ricardo Francalacci Savaris
2º Secretário -Paulo Machado Mors
3º Secretário - Luciano Casagrande
1º Tesoureiro - Vanderlei Carraro
2º Tesoureiro - Edson Lindner
3º Tesoureira - Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@Adufrgs.org.br
www.Adufrgs.org.br



Tiragem: 3.800 exemplares
Impresso na Ideograf

Conselho Político
Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs
Lúcio Vieira - IFRS Campus Poa
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/ Ufrgs

Editora: Zaira Machado
Reportagens: Adriana Lampert ,
Araldo Neto, Juliana Thomaz e Maricélia Pinheiro
Fotos: Leonardo Guterres
Revisão: Taís Vicari
Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice



Entrevista

Eduardo Rolim
Presidente do Proifes-Federação fala sobre uma negociação difícil, um acordo possível e o desafio de seguir lutando.

04

Extensão da Base

Professores aprovam expansão da base territorial da Adufrgs-Sindical

10



De casa nova

Nova sede da Adufrgs vai propiciar melhor atendimento ao associado

13

Especial

Assédio Moral

Seminário debate causas, sintomas e ações contra o assédio moral no serviço público

18

Educação

Base Nacional Curricular

Sociedade pode opinar sobre Base Nacional Curricular

30

Vida no Campus

Outro olhar sobre quem vive em situação de rua

37

Educação

Gil Vicente alerta para privatização do ensino superior

44

Artigo

Barragens

Sandor Arvino Grehs

Professor Titular Aposentado da Ufrgs, Geólogo e Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

50

Desafios e acertos num ano difícil

1º de janeiro, novo presidente, o 9º no período pós-democratização (incluindo as repetições). Novos deputados e senadores, novos governadores, novas esperanças. 31 de dezembro, mesmos governos, mesmos parlamentares, poucas esperanças. Este seria um bom início, e fácil, caminho para um editorial de final de ano de 2015. Uma síntese de um país que aparentemente paralisou. Onde a política e a polícia andaram de mãos dadas.

As palavras política e polícia têm o mesmo étimo. No caso brasileiro esta aproximação tem se verificado no cotidiano. A credibilidade sobre aqueles que escolhemos para nos governar tem caído vertiginosamente. A situação, agravada pela crise econômica, tem levado à descrença coletiva sobre o modelo de estado, de governo e serviços públicos.

Mas nem tudo foi tragédia. Foi diante desse quadro que aprofundamos o debate sobre como enfrentar a crise. Desafiadas, as organizações sociais se fizeram presentes. Provocada, a população saiu às ruas. Podemos dizer que parte para um lado, parte para outro. A maioria em defesa do bem público e da democracia. Vozes dissonantes clamavam pela ditadura – insignificantes.

Problemas graves de credibilidade e falta de articulação política do governo federal, associados a inúmeras denúncias de corrupção contribuíram para agravar ainda mais a crise econômica. Um parlamento cujos principais expoentes estão na mira da justiça, também acusados de corrupção, piora sobremaneira a situação.

A descrença geral pode levar à letargia. Isto é grave. As buscas por saídas individuais para problemas coletivos mostram-se equivocadas, pois são incapazes de sustar as causas que os geraram. Apenas criam ilusões, satisfazem no imediato, mas fracassam logo adiante.

Quem não ultrapassou os limites da denúncia, quem só soube negar, apostar no confronto desigual e perdeu o foco, ficou no caminho, cambaleou e caiu. Quem soube, sem arroubos, promover a mobilização, a negociação, o enfrentamento adequado frente cada situação, soube analisar o quadro geral e propor

caminhos apropriados, tem o que comemorar.

Mesmo diante das gigantescas dificuldades conseguimos firmar o acordo com o Governo que garantirá reposições salariais por dois anos e a continuidade da recuperação da carreira. Tal desfecho só foi possível com muita mobilização e pressão. Muita discussão, argumentação e convencimento. Muita democracia interna. Muito respeito às diversas opiniões. Muita transparência e informação.

Os acertos na condução da luta geraram o fortalecimento de nossas organizações sindicais. Nossa federação – o Proifes – se consolida no cenário nacional. Membro permanente do Fórum Nacional de Educação, interlocutor sério junto ao Governo, permitiu avanços importantes para os professores das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A Adufrgs-Sindical, nosso sindicato, cresceu significativamente ao longo desse ano. Aprimoramos a comunicação com os professores, retomamos as ações públicas, dando guarda às bandeiras gerais da sociedade em defesa da educação pública de qualidade, contra as medidas que tentaram transferir àqueles que vivem do salário o ônus da crise e a luta em defesa da democracia. Aprofundamos o debate sobre a autonomia das IFEs e promovemos a discussão acerca da questão do assédio moral no serviço público. Convocamos os professores para se posicionarem sobre os caminhos a serem tomados nas negociações, garantindo participação expressiva e representativa. Iniciamos o processo de ampliação de nossa base territorial atendendo o desejo de centenas de professores dos municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Farroupilha, Feliz, Osório, Sapucaia do Sul, Tramandaí e Viamão, além de Porto Alegre. Somos um sindicato intermunicipal. Já somos o maior sindicato do país, em número de associados. Somos, a cada dia, mais fortes.

Teremos, muito em breve (já pronta), uma nova sede, ampla, moderna, versátil, adequada aos novos tempos, totalmente dos nossos associados. Parabéns, professor que não desiste nunca!

Que venha 2016. ■

Adufrgs-Sindical, o seu Sindicato

Presidente do Proifes-Federação,
Eduardo Rolim de Oliveira

Uma negociação difícil, com o acordo possível e o desafio de seguir lutando

por Araldo Neto

Depois de uma longa e complicada negociação, o Proifes-Federação e o Governo assinaram acordo para reajuste salarial e itens da pauta específica dos docentes. Com o respaldo de 3,7 mil professores de 125 instituições federais de ensino de todo o Brasil, inclusive a Adufrgs-Sindical, que aprovaram a proposta, o acordo prevê reajuste salarial de 10,8%, em dois anos, e reajuste dos benefícios para janeiro de 2016. Além disso, os professores obtiveram conquistas importantes com o acordo, como a reestruturação das carreiras, que recupera a lógica da malha salarial, a dispensa do controle de frequência dos professores EBTT e a recuperação da retroatividade nas progressões. Encebendo as negociações com o governo desde maio de 2015, o presidente do Proifes, Eduardo Rolim, conversou com a reportagem da Revista Adverso. Na entrevista, ele faz um balanço das dificuldades do processo de negociação e dos avanços obtidos com a assinatura do acordo.



Adverso – Qual o sentimento que fica após a longa negociação com o governo e o desfecho com o acordo assinado?

Eduardo Rolim – Em dez anos de negociação, esta foi a mais difícil. Tivemos um ano muito complicado por vários motivos. Começamos 2015 com uma medida provisória que mudou as regras das pensões. Os trabalhadores da iniciativa privada também enfrentaram dificuldades, principalmente no que se refere ao seguro desemprego. As campanhas salariais, de um modo geral, não resultaram em ganhos expressivos. Do ponto de vista econômico, quem negociou conseguiu, no máximo, o mesmo que nós. Mas temos coisas positivas a dizer com relação ao processo no geral. Os trabalhadores da iniciativa privada tiveram uma mudança no fator previdenciário. Algumas categorias tiveram mudanças estruturais nas suas carreiras, como foi o caso dos servidores representados pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condcef), que conseguiram uma mudança importante na aposentadoria. Eles são uma categoria que ainda recebe gratificação por desempenho, coisa que nós não temos mais. Eles só levavam 50% para a aposentadoria e conseguiram recuperar a integralidade dessa gratificação ao longo de três anos. No nosso caso específico, eu diria que, depois dessa longa e difícil negociação, a reestruturação de carreira restaura o princípio da lógica na carreira, que não temos mais há alguns anos. Nós vamos criar parâmetros definidos da retribuição de titulação, com relação ao vencimento básico. Parâmetros definidos entre os regimes de trabalho e os *steps*, nos níveis e nas classes. Isso é a coisa mais impor-

tante, porque vai ser um processo de longo prazo. No futuro, quando a gente terminar esse processo de reestruturação, que vai acontecer em três etapas, o processo de negociações será muito mais fácil, na medida em que, havendo um acordo sobre o valor do piso, isso se replica, automaticamente, para toda a carreira. É verdade que, este

"Há momentos, na conjuntura, em que é difícil avançar mais. A situação se colocou de tal sorte que nós tínhamos que escolher entre 10,8% e 0%. Entendemos que era preferível aceitar os 10,8% e continuar trabalhando para que, em 2017, possamos fechar um novo acordo em condições mais favoráveis".

ano, não ocorreu a grande negociação que esperávamos. Tínhamos uma proposta ambiciosa. Ela já no mesmo sentido desta, mas tinha valores maiores, tanto com relação à RT (Retribuição por Titulação) para os doutores quanto nas diferenças dos regimes de trabalho, e entre os níveis e as classes, principalmente.

Mas o que conquistamos foi resultado do que era possível, se considerarmos o que o governo disponibilizou para a negociação com os servidores. Esse montante foi muito aquém das nossas expec-

tativas. A nossa proposta representava em torno de R\$ 6 bilhões em 2016. Acabamos negociando num patamar de R\$ 1 bilhão ao longo de três anos. É evidente que fica um pouco da frustração por não ter havido uma negociação melhor, mas entendendo a situação que o País está enfrentando e, principalmente, o fato de outras categorias também não terem avanços em suas conquistas. De qualquer forma, eu diria que é uma negociação vitoriosa. Restabelecer a lógica na carreira foi um avanço e, sim, temos que comemorar.

Adverso – Alguns professores criticaram o reajuste de 10,8% em dois anos por estar abaixo da inflação acumulada. Qual a avaliação do Proifes?

Eduardo Rolim – Obviamente que o valor está muito aquém daquilo que nós queríamos. Na proposta original do Proifes, reivindicávamos, para janeiro de 2016, um aumento real de 4%. Considerando que nosso último reajuste foi em março, a inflação fecharia em 10% ao ano. Deste ponto de vista, os 5,5% de reajuste em agosto de 2016 não conseguirão cobrir a inflação, nem acumulando com os 5% de janeiro de 2017. Porém, como a maior parte da nossa categoria teve um aumento médio de 32%, entre 2012 e 2015, podemos dizer que os 10,8% obtidos agora, não nos deixam muito defasados com relação à inflação acumulada neste período. É claro que qualquer perda é negativa, mas, repito, foi a negociação possível de fazer. Há momentos, na conjuntura, em que é difícil avançar mais. A situação se colocou de tal sorte que nós tínhamos que escolher entre 10,8% e 0%. Entendemos que era preferível aceitar os 10,8% e continuar tra-

lhando para que, em 2017, possamos fechar um novo acordo em condições mais favoráveis.

Adverso – A estruturação lógica das carreiras – Retribuição de Titulação (RT) proporcional ao Vencimento Básico (VB) – foi uma das conquistas do acordo. Por que essa alteração vai ser importante para a categoria?

Eduardo Rolim – Além da simplificação, também tem a busca de justiça nesse processo. Hoje, existe uma diferença muito grande entre adjunto e associado, que nós gostaríamos de ver homogeneizada. Isso ainda não foi possível. Conseguimos diminuir um pouco essa diferença. Conseguimos também melhorar, de baixo para cima os valores entre os *steps*, o que terá um grande impacto para determinados grupos, que, ao longo do tempo, foram injustiçados. Os mestres tiveram aumentos bem razoáveis, os adjuntos e aposentados tiveram um aumento maior ainda que os associados. Os professores 20 e 40 horas terão os maiores aumentos, ainda que o RT deles seja menor que o de Dedicação Exclusiva (DE), eles terão os maiores aumentos. Havia um achamento das remunerações. Agora, com uma RT proporcional ao VB, esses professores de 20 e 40 horas terão aumentos bem mais expressivos do que, inclusive, os DE. Isso não quer dizer que estamos desvalorizando a DE, pelo contrário. Na medida em que uma RT da DE for superior à das outras, o que ocorre é uma valorização da DE. Da mesma forma, ao se corrigir as distorções da carreira, também se recupera o salário dos professores de 20 e 40 horas.

Adverso – O acordo assina-

"Conseguimos também melhorar, de baixo para cima os valores entre os *steps*, o que terá um grande impacto para determinados grupos, que, ao longo do tempo, foram injustiçados".

do traz avanços importantes com relação à pauta específica, a exemplo da volta do pagamento retroativo das progressões e promoções, e a possibilidade da mudança de regime dentro do estágio probatório. O que representa estes avanços para os professores?

Eduardo Rolim – São pontos que estavam na pauta, junto com muitos outros, que não avançaram no momento. A retroatividade das progressões recupera uma tradição que a universidade sempre teve, que assegura ao professor o direito de fazer suas promoções ou progressões em determinado período. Não é automático, mas à medida que consegue obter os requisitos de avaliação e o interstício, ele tem direito de receber seus pagamentos. Não importa se deixou de fazer isso um, dois ou até dez anos. Sabemos que qualquer valor, depois de cinco anos, não pode ser recuperado. Também sabemos que qualquer valor que caia no exercício atual será pago muito demoradamente. Com todos esses limites, entendemos que os professores têm o direi-

to de receber suas promoções e progressões no período devido, e até lutar para receber corrigido, se for o caso. Por razões burocráticas, os processos podem levar até seis meses. Se vigorasse o princípio contra o qual a Adufrgs muito lutou, de que só a portaria determinaria a data da progressão, os professores seriam muito prejudicados. De certa maneira, se apagaria um período da sua vida laboral, o que é inaceitável. Eu diria que esse ponto da retroatividade não é exatamente uma conquista, é uma reconquista. Sempre foi assim na Universidade e, na minha opinião, não havia nenhum motivo para mudar. Mudou por uma interpretação muito equivocada da Advocacia Geral da União (AGU).

O segundo ponto, da mudança do regime em Dedicação Exclusiva, tem sido muito demandado principalmente nos Instituto Federais, que tiveram uma grande expansão. Muitos professores foram contratados com a ideia equivocada de que 20 horas seria suficiente, até querer entrar no regime de Dedicação Exclusiva e perceber que isso não acontece automaticamente, que a mudança de regime precisa ser pleiteada e só vai acontecer se a Instituição permitir. Ou seja, de certa maneira, estamos recuperando a autonomia universitária. Infelizmente, esse processo mudou na lei 12.772, sem nenhuma negociação com as entidades. Houve um pedido por parte de algumas instituições, que queriam limitar essa mudança, para evitar que houvesse pedidos e, assim, tivessem que decidir a respeito. Isso é muito prejudicial para a Universidade. Vamos imaginar que a Universidade contratou um professor de 20 horas para determinado tipo de trabalho. De repente,

mudam os planos da Instituição e ela decide abrir um novo campus ou um novo curso, e precisa que esse profissional, que é qualificado, possa mudar de regime. Hoje, ele é impedido pela lei de fazer isso. Uma condição que viola a própria ideia de Autonomia Universitária. Nesse sentido, também obtivemos um grande avanço.

Adverso – Neste acordo, o Proifes obteve uma conquista histórica. A partir da assinatura do acordo, os professores do EBTT estarão dispensados de controle de frequência, mesmo tratamento que recebem os professores do Magistério Superior. Essa equiparação fica como a grande marca do acordo de 2015?

Eduardo Rolim – Eu diria que é uma delas. A lógica da carreira talvez seja a grande marca do acordo de 2015, mas, para os colegas do EBTT, a dispensa do controle de frequência é, sem dúvida nenhuma, de uma importância histórica. Os professores nem sempre tiveram este direito. Foi um decreto do então presidente Fernando Henrique que estabeleceu a dispensa do controle de frequência para os profissionais que estão em cargo de direção, diplomatas e, em 1996, foram incluídos professores universitários, professores da carreira de magistério superior e pesquisadores da área de ciência e tecnologia. O EBTT não existia naquela época. Evidentemente, o correto seria que, lá em 1996, os professores de 1º e 2º grau também fossem dispensados, mas não foram. De certa maneira, isso não foi muito notado, porque até pouco tempo atrás o governo não estava fazendo controle de frequência na Universida-

"Para os colegas do EBTT, a dispensa do controle de frequência é, sem dúvida nenhuma, de uma importância histórica".

de. Há três meses, a Ufrgs e as outras instituições receberam uma instrução normativa do Ministério da Educação, mandando fazer controle de frequência dos professores do EBTT. Ficamos em uma situação ridícula aqui na Ufrgs. O professor do Colégio de Aplicação é obrigado a assinar ponto e o professor que trabalha do lado não é. Existem professores da Ufrgs, que são da carreira EBTT, que vieram da escola técnica e dão aula no magistério superior. Eles são obrigados a fazer controle de frequência. São dois professores na mesma sala: um precisa assinar ponto e o outro não. Não tem muita explicação!

Esse problema se dá mais nos Institutos Federais, onde há casos de controle biométrico e casos de controle por ponto. O que nós defendemos é que a natureza do trabalho do docente, seja na universidade, ensino superior, ensino básico ou nos institutos federais, é diferente da de um trabalhador que realiza um serviço com começo,

meio e fim. O trabalho docente não tem essa característica. Ele se estende na madrugada, no fim de semana etc. É um trabalho permanente. Por isso, a obrigatoriedade de assinar o ponto prejudica o trabalho, principalmente no caso dos professores que atuam em campus, fora de sede, onde as estruturas são precárias. É uma coisa maluca exigir de um professor que ele chegue à sala de aula, assine um ponto às oito horas da manhã e fique até às cinco horas da tarde sem ter aula, sem ter o local para fazer pesquisa, sem condições adequadas, inclusive, para sentar. Era isso que nós pleiteávamos: que os professores do EBTT tivessem a dispensa do controle de frequência semelhante ao do Magistério Superior. Aliás, o Proifes, desde 2008, quando foi criada a carreira de EBTT, sempre empunhou esta bandeira, enfrentando a resistência de outras entidades sindicais, que representam professor e técnicos e, por isso, não achavam correto defender este direito para uns e não para outros. Tivemos que convencer o governo, contra a opinião de muitos reitores das universidades e dos institutos federais, que defendiam o controle de frequência por comodismo, para não ter que acompanhar a atividade docente e ver se os professores estão trabalhando ou não.

Adverso – Durante o processo de negociação com o governo, houve a queda de dois ministros da Educação. O quanto isso atrapalhou o andamento das negociações?

Eduardo Rolim – Atrapalhou, mas não foi determinante, porque a negociação se dá no Ministério do Planejamento. Lá no Planejamento, não houve mudança de ministro

e não houve mudança de negociador. De certa maneira, o processo negocial não foi interrompido por conta da mudança dos ministros da Educação. Obviamente que a presença de um ministro da Educação forte, com capacidade de interlocução dentro do governo, sempre ajudou. Eu lembro, inclusive, o papel importante que teve o ministro Aloizio Mercadante na negociação de 2012. Ele foi uma peça chave na discussão com o Ministério da Fazenda. O ministro Cid Gomes ficou muito pouco tempo. Ele praticamente não participou de nenhum processo negocial. O ministro Renato Janine teve uma incidência muito maior nas questões macro da Educação. O Proifes teve uma única reunião com o ministro Janine, que durou meia hora e que não resultou em grandes avanços. Agora, o ministro Mercadante não participou de nenhuma reunião. Uma coisa que ajudou é que o professor Luis Cláudio Costa foi secretário executivo dos três ministros. Isso, de certa maneira, trouxe uma instabilidade para o processo de negociação, que ajudou bastante. Nós tivemos também, nesse meio tempo, a troca do secretário de Educação Superior e do secretário de Educação Básica e Profissional. Isso atrapalhou mais do que a mudança de ministro.

Adverso – Em entrevista a BBC Brasil, o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro disse ter se chocado, em sua gestão, com o corporativismo de sindicatos de professores, especialmente de universidades. Como o Proifes reagiu à declaração?

Eduardo Rolim – Eu acredito que ele não estava falando de nós.

Ele estava falando de outros. Ainda assim, eu acho que um sindicato tem que ser corporativo, quando ele está discutindo questões da sua categoria. Talvez, o que o ex-ministro quis criticar são algumas entidades que não têm uma visão mais ampla da realidade, que não tem uma capacidade maior de entender as questões nacionais, por isso, eu acho que ele não estava falando de nós.

Qual a projeção que é possível fazer para a Educação brasileira em 2016, especialmente no Ensino Superior Federal?

Eduardo Rolim – Estamos em um momento delicado, porque o contingenciamento de recursos vai continuar no ano que vem. Ele realmente atrapalha muito. Estamos há um ano e pouco da implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) e, para cumprir este prazo, o governo brasileiro tem o compromisso de aumentar muito as lotações para a Educação.

O Proifes participa do Fórum Nacional de Educação. A nossa posição lá tem sido muito firme na defesa de que é preciso buscar as fontes de recursos para a Educação, do contrário, não conseguiremos cumprir as metas do PNE. Inclusive, na questão do Ensino Superior, nós temos metas bastante ambiciosas, como aumentar em três milhões o número de matrículas, o que pode levar de 8,5 a 10 anos. É algo que será muito difícil de fazer se houver uma freada do processo de expansão do Ensino Superior. Mas não podemos nos preocupar só com o Ensino Superior e sim com todos os níveis de ensino. A Educação Infantil, por exemplo, tem níveis calamitosos de cobertura, principalmente na rede pública. No Ensino Médio,

"O ponto central a se debater nos próximos anos é como faremos para atingir as metas do PNE em um contexto de redução de investimentos, quando o que precisamos é um crescimento de quase 5% do PIB, em uma década, para chegar aos 10% previstos no Plano".

ainda temos índices de evasão extremamente altos. Talvez possamos dizer que, em termos de cobertura, estamos razoavelmente bem no Ensino Fundamental, ainda que tenhamos um problema muito sério no que se refere à valorização dos professores, a eterna discussão do piso nacional. Para mim, o ponto central a se debater nos próximos anos é como faremos para atingir as metas do PNE em um contexto de redução de investimentos, quando o que precisamos é um crescimento de quase 5% do PIB, em uma década, para chegar aos 10% previstos no Plano. Esta é uma questão muito delicada, porque tudo indica que 2016 será um ano economicamente tão difícil quanto o foi 2015. Isso nos traz, evidentemente, muitas preocupações sobre como as coisas irão acontecer.

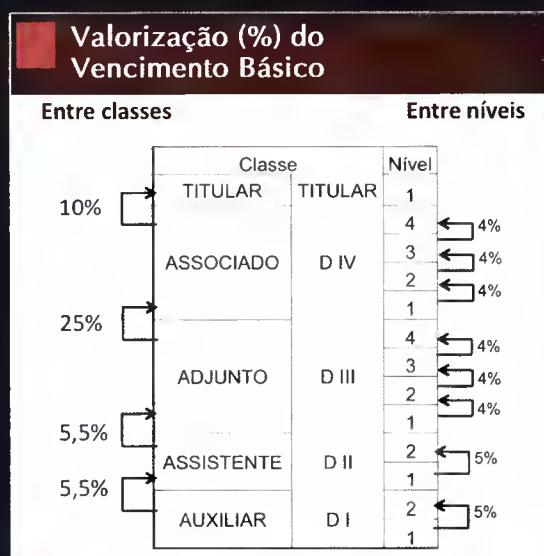
Entenda o acordo

Benefícios	
Auxílio-alimentação	R\$ 373,00 para R\$ 458,00
Assistência à saúde	R\$ 117,78 para R\$ 145,00*
Assistência pré-escolar	R\$ 73,07 para R\$ 321,00*

* Valor médio

Reajuste Salarial	
Agosto de 2016	5,5%
Janeiro de 2017	5%

Harmonização da estrutura salarial das carreiras



Relação (%) entre Vencimento Básico/Retribuição por Titulação

O percentual RT/VB por Regime de Trabalho será:

	Aperfeiçoamento	Especialista ou Graduação +RSC - I	Mestrado ou Especialista + RSC - II	Doutorado ou Mestrado +RSC - III
Dedicação Exclusiva	10%	20%	50%	115%
40h	7,5%	15%	37,5%	86,25%
20h	5,0%	10%	25%	57,5%

Variação do Vencimento Básico por Regime de Trabalho

$$DE = 20 \text{ h} + 100\%$$

$$40 \text{ h} = 20 \text{ h} + 40\%$$

Será implantada em três etapas:
1/3 em agosto de 2017,
1/3 em agosto de 2018
e 1/3 em agosto de 2019

Temas específicos das carreiras

- Volta da retroatividade nas progressões e promoções;
- Fim da exigência de conclusão do estágio probatório para a mudança de regime de trabalho;
- Dispensa de controle de frequência no EBTT;
- Enquadramento dos ativos, aposentados e pensionistas do Magistério de Ensino Básico Federal (EBF) no EBTT;
- Primeira promoção do EBTT após 01/03/2013 em 18 meses.

Criação de um Comitê de Trabalho, no âmbito do MEC, para fins de estudos e aprofundamento dos temas:

- Fim da exigência de conclusão de estágio probatório para a promoção acelerada dos professores que estavam na carreira em 1/3/2013.
- Reenquadramento dos professores aposentados da classe adjunto do Magistério Superior na classe de professor associado.
- Regra de transição na Carreira do EBTT para compensar a mudança de 18 para 24 meses de interstício de progressão ou promoção.
- Adicional de difícil lotação como incentivo à fixação de docentes em locais de difícil lotação;
- Redefinição dos critérios de concessão do auxílio-transporte.
- Extensão do RSC para os professores aposentados do EBTT.
- Criação de programas de qualificação para os docentes das carreiras de MS e EBTT.

(Fonte: Proifes-Federação)

Professores aprovam expansão da base territorial da Adufrgs-Sindical

Com 312 votos favoráveis, oito contrários e três abstenções, foi aprovada, no dia 18 de dezembro de 2015, a expansão da base territorial da Adufrgs-Sindical para os municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Farroupilha, Feliz, Sapucaia do Sul, Tramandaí, Osório e Viamão. A Assembleia Geral, realizada no auditório da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico/Ufrgs), reuniu professores da Ufrgs, da Ufcspa, do IFRS/Porto Alegre, do IFRS/Restinga e de campi do interior do IFRS e do IFSul.

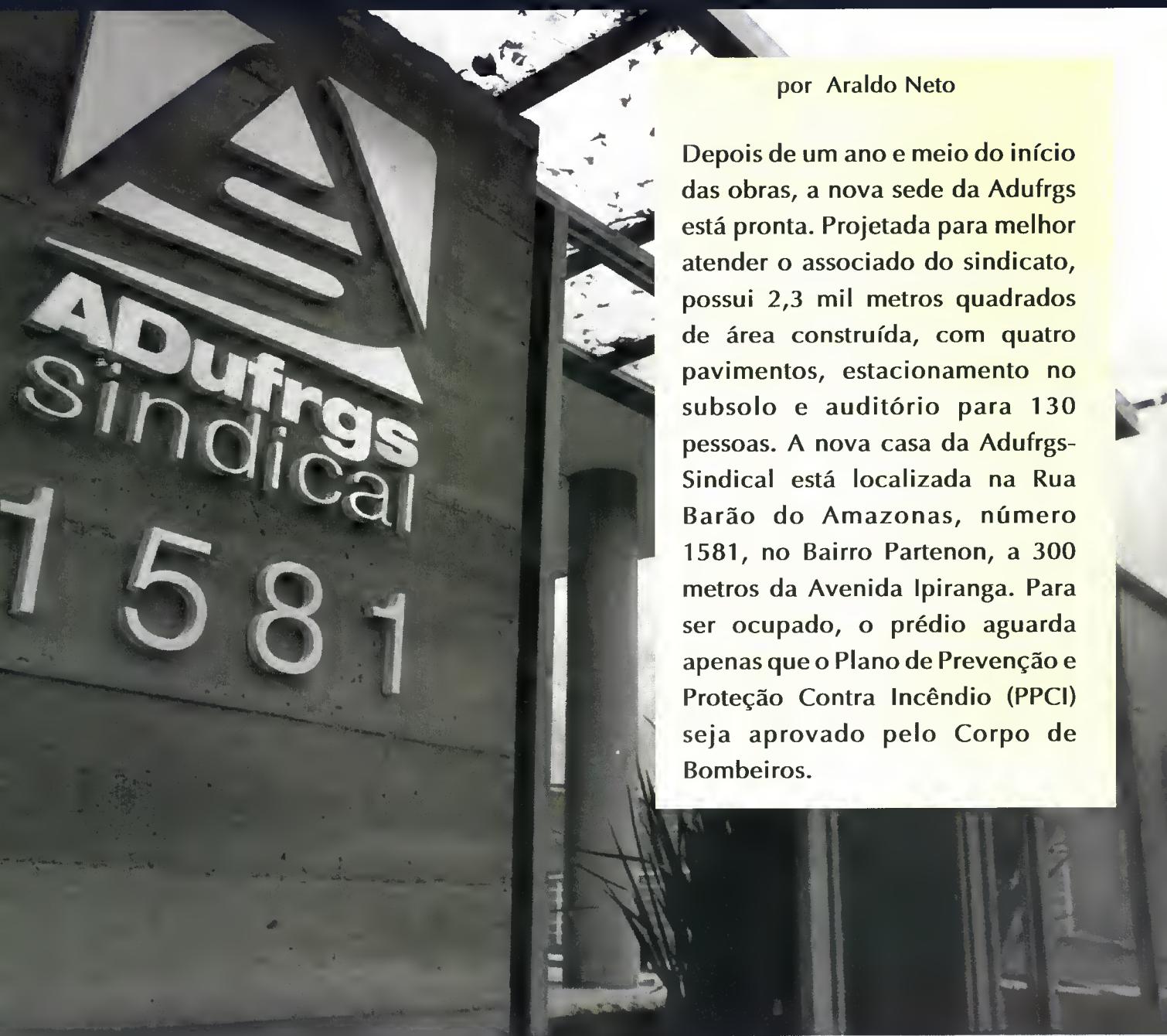
A necessidade de ampliação surgiu a partir do anseio de professores do Campus Litoral Norte da Ufrgs (Tramandaí); do Campus Canoas da Ufcspa (ainda em construção) e dos vários campi dos Institutos Federais no Rio Grande do Sul de poderem contar com a proteção de um sindicato. Atualmente a Adufrgs-Sindical representa os professores das Instituições Federais de Ensino apenas do município de Porto Alegre. A ratificação do resultado desta assembleia será feita através de votação eletrônica entre os filiados, em data ainda não definida, conforme prevê o estatuto da entidade.



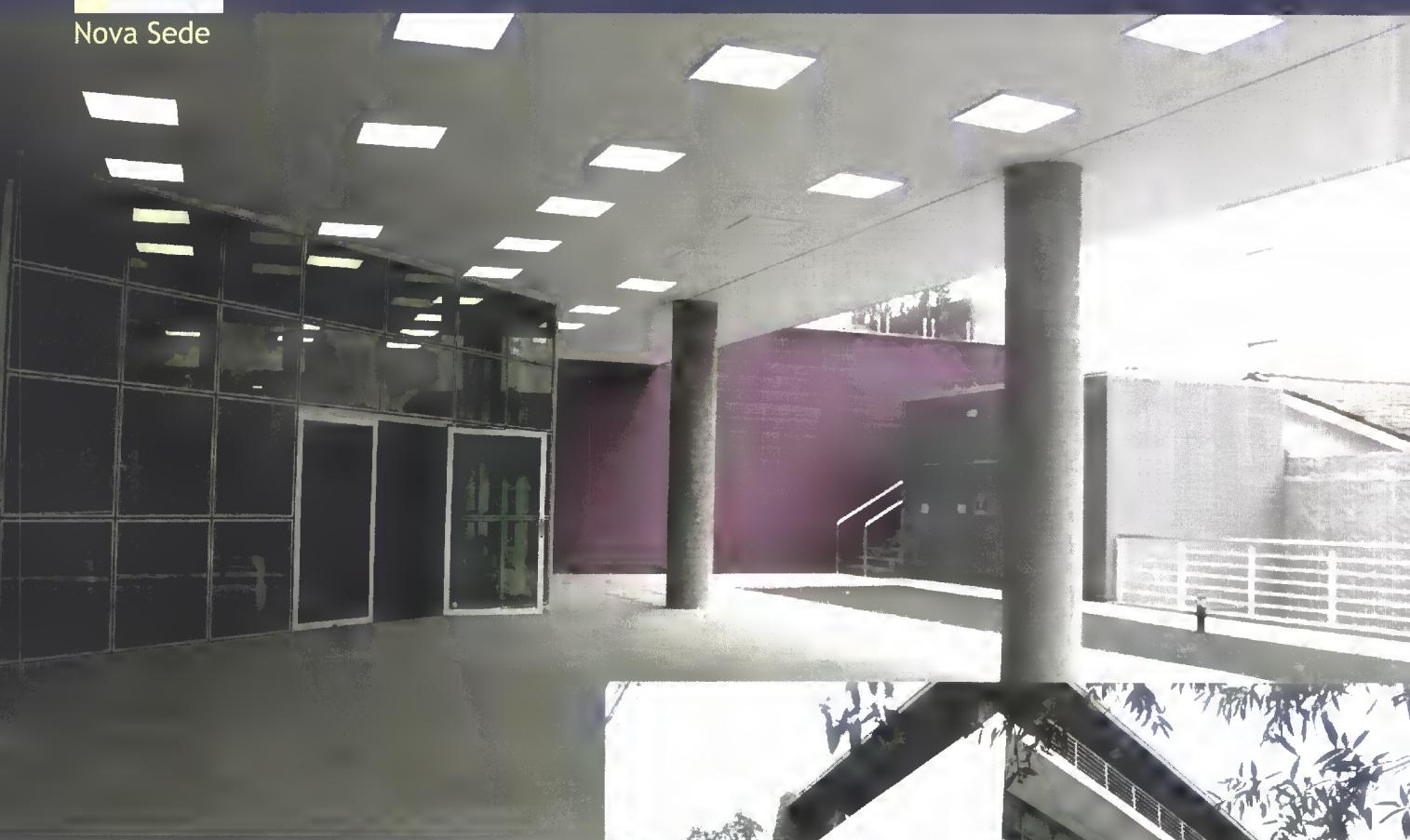
Nova sede da Adufrgs vai propiciar melhor atendimento ao associado

por Araldo Neto

Depois de um ano e meio do início das obras, a nova sede da Adufrgs está pronta. Projetada para melhor atender o associado do sindicato, possui 2,3 mil metros quadrados de área construída, com quatro pavimentos, estacionamento no subsolo e auditório para 130 pessoas. A nova casa da Adufrgs-Sindical está localizada na Rua Barão do Amazonas, número 1581, no Bairro Partenon, a 300 metros da Avenida Ipiranga. Para ser ocupado, o prédio aguarda apenas que o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) seja aprovado pelo Corpo de Bombeiros.



Nova Sede

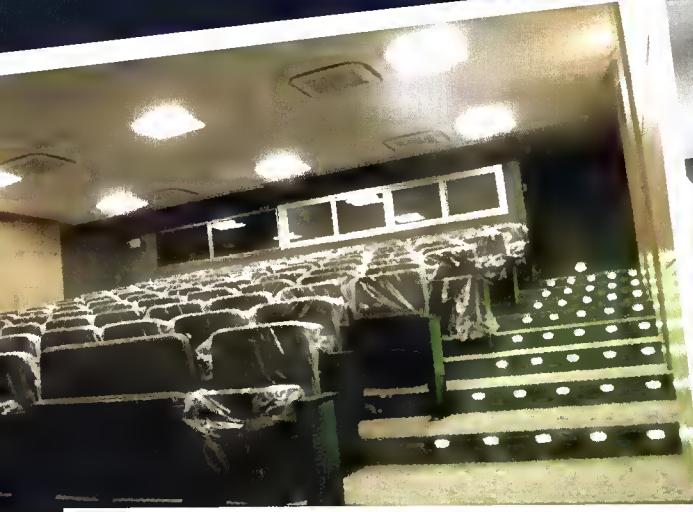


O arquiteto responsável pelo projeto, Cícero Santini, explica que a nova sede tem um estilo modernista bruto, que se caracteriza pela combinação de materiais como pedra, concreto aparente e cores. "Desde o primeiro esboço, o projeto foi bem aceito", destaca. Construído com linhas retas, em formato retangular, o prédio possui uma estrutura de concreto de pedra, envolvendo uma caixa de alvenaria branca. De acordo com Santini, o desenho do prédio tem um sentido de proteção, assim como é da natureza do sindicato proteger seu associado. Um dos objetivos é que a nova casa da Adufrgs-Sindical se torne um ponto de encontro dos docentes, que poderão usufruir de salas com computadores, sala de reuniões e biblioteca. "A nova sede da Adufrgs-Sindical é um grande investimento patrimonial do Sindicato em benefício de seus filiados", resume a presidente da entidade, Maria Luiza von Holleben.



Detalhe da vista do terraço.

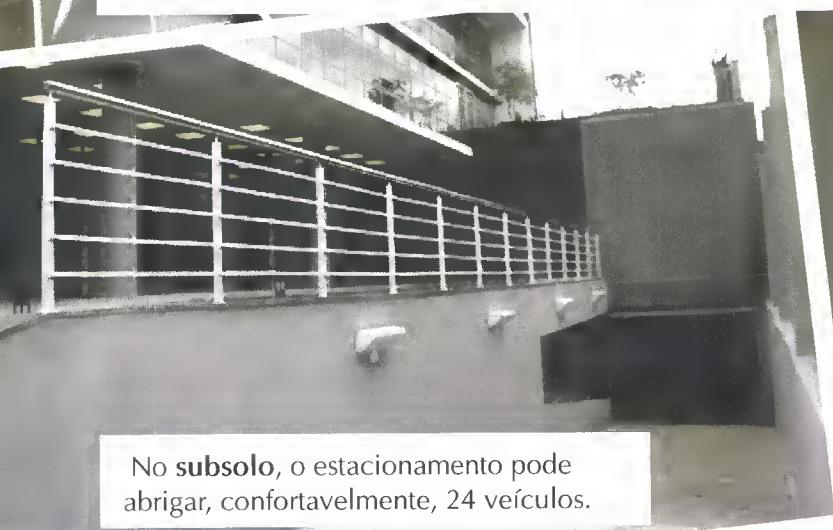
A estrutura



No primeiro piso, um **auditório**, com 130 lugares, será utilizado para a realização de seminários, assembleias e treinamentos.



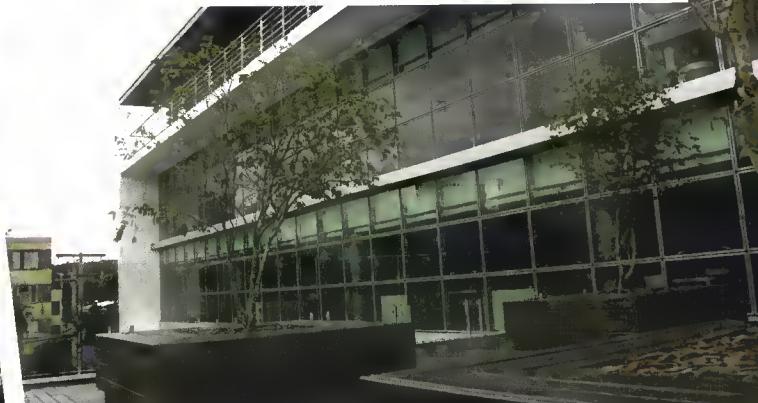
O **salão de festas**, no último andar, tem capacidade para 100 convidados.



No **subsolo**, o estacionamento pode abrigar, confortavelmente, 24 veículos.



Um amplo espaço de convivência, com mobiliário e televisores, é o destaque do terceiro piso.



No lado externo do salão de festas foi construída uma área de **descanso**, com móveis de jardim e uma bela vista de Porto Alegre.



Toda a parte administrativa da Adufrgs-Sindical vai funcionar no segundo piso da nova sede.

A Sustentabilidade

A sustentabilidade também está presente em vários pontos do novo prédio. O ar condicionado, por exemplo, apresenta um sistema moderno com entrada de condensadoras por etapas, que diminui o consumo de energia.



A lateral do prédio é praticamente toda envidraçada, permitindo a entrada de muita luz natural, que vai gerar ampla economia de energia.

Uma bacia de contenção para reter a água da chuva contribui para a redução do impacto na rede pluvial.

O elevador e os banheiros são adaptados para portadores de necessidade especial.

Um bicicletário tem a missão de motivar funcionários e professores que queiram ir pedalando até a Adufrgs.



Segundo o arquiteto Cícero Santini (esquerda) e o projetista Cristian Basualdo (direita), com as medidas sustentáveis adotadas no novo prédio, a Adufrgs poderá obter a certificação LEED, principal selo de construção sustentável do Brasil.



Major Paulo Henrique Monteiro (E) e Major Vitamar Dutra (D)

Nova sede aguarda liberação dos bombeiros

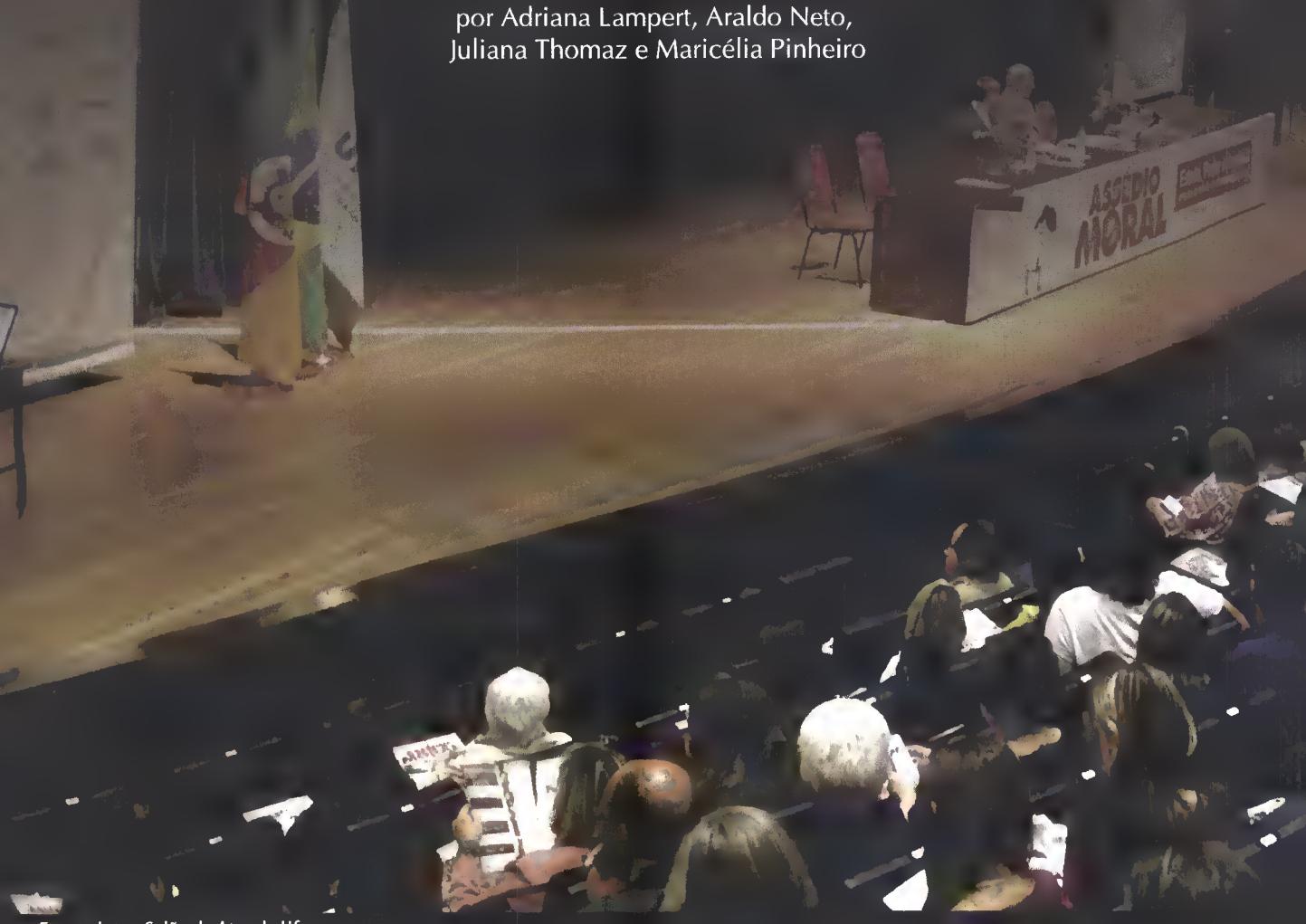
Atraso na aprovação do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) por parte dos bombeiros acabou determinando o adiamento da inauguração da nova sede da Adufrgs-Sindical, inicialmente prevista para este mês de dezembro. De acordo com a presidente do Sindicato, Maria Luiza von Holleben, o projeto respeita todas as normas e conceitos de segurança máxima. "Vamos ficar aguardando, na expectativa de que os bombeiros tenham agilidade e que a liberação seja efetivada o mais breve possível", afirma.

Atualmente, o PPCI leva em torno de 240 dias para ser analisado pelos Bombeiros em Porto Alegre. O responsável pelo setor de prevenção de incêndios do 1º Comando do Corpo de Bombeiros da capital, major Vitamar Dutra, informa que a corporação recebe em média 100 planos por dia. Segundo ele, os bombeiros fazem hora extra para atender a

demandas, mas não é suficiente. "A demanda é muito maior do que aquilo que conseguimos processar", reconhece. Os bombeiros priorizam a análise de planos de estabelecimentos com alto risco de incêndio e com grande concentração de pessoas, como postos de combustíveis, hospitais e centros comerciais. Nestes casos, no máximo em 10 dias os planos de prevenção são analisados. Ocupações provisórias, como feiras e locais de shows, levam dois dias. De acordo com o subcomandante do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, major Paulo Henrique Monteiro, diversas ocupações operaram durante muito tempo sem plano de prevenção. No entanto, a tragédia na boate Kiss, em Santa Maria, em 2013, mudou esta realidade. "A lei não é do ano passado. A lei estadual de prevenção de incêndio existe desde 1997. O que aconteceu em 2014 foi uma revisão da lei", destaca.

Seminário debate causas, sintomas e ações contra o assédio moral no serviço público

por Adriana Lampert, Araldo Neto,
Juliana Thomaz e Maricélia Pinheiro



Evento lotou Salão de Atos da Ufrgs

Apesar de ser um problema antigo na sociedade, que remete ao início das relações humanas, a percepção sobre o assédio moral e suas consequências é recente e tema de muito debate no Brasil e no mundo. Aqui, o problema despertou ações de combate e fiscalização por parte do Estado apenas nos anos 2000. Hoje, o assédio moral sofrido por trabalhadores e trabalhadoras é reconhecido como causador de uma série de distúrbios à vítima, como depressão, estresse e sofrimento psíquico.

Mas não foi somente a frequência do assédio moral que aumentou nas últimas décadas. Cresceu, principalmente, a percepção e a reprovação da sociedade com relação a esta prática. E é justamente esta maior conscientização que amplia a possibilidade de combater o problema.

Preocupados com a prática deste crime nas instituições públicas, a Adufrys-Sindical, o Proifes-Federação e outras 21 instituições promoveram, em novembro, o II Seminário Assédio Moral Estado, Poder e Assédio:

Relações de Trabalho na Administração Pública, no Salão de Atos da Ufrgs, em Porto Alegre.

Com o objetivo de contribuir com a formação e capacitação de estudantes, servidores, gestores públicos, dirigentes sindicais e profissionais das áreas jurídica e de saúde para o enfrentamento de situações de assédio e violência psicológica no setor público, a atividade reuniu especialistas do Rio Grande do Sul e do Brasil para debater o exercício do poder pelos agentes públicos e as consequências disso nas relações entre as pessoas.

Livro colaborativo

A primeira edição do seminário ocorreu em março deste ano, em Curitiba, e resultou na publicação de um livro colaborativo e multidisciplinar, reunindo artigos de especialistas sob a perspectiva do direito, da psicologia e da sociologia.

A obra está disponibilizada gratuitamente em formato e-book no site do evento: www.seminarioassediomoral.com.br.



Médico do trabalho diz que dano psicológico provocado por assédio moral é semelhante à violência sexual

O professor da Ufrgs, Álvaro Roberto Crespo Merlo, foi o primeiro palestrante a falar sobre “Assédio Moral e Violência Psicológica na Administração Pública”, tema de abertura do Seminário. Médico do trabalho e pós-graduado em psicologia social e institucional, Álvaro contou como pode acompanhar a transformação do trabalho a partir do relato dos seus pacientes. As doenças ósseas e musculares eram a grande maioria das patologias relacionadas ao trabalho nas décadas de 80 e 90. Nos últimos sete anos, porém, as queixas relacionadas à saúde mental no trabalho cresceram progressivamente. Segundo Merlo, este tipo de violência não é fruto, simplesmente, das relações entre indivíduos no ambiente de trabalho. Com as mudanças no capitalismo internacional, iniciadas no final da década de 80, nos Estados Unidos e na Europa, e a partir do plano Real, no Brasil, em 1994, as empresas, para manter sua lucratividade, começaram a impor metas de produtividade elevadíssimas. “Isso não é fruto apenas do taylorismo, fordismo e toyotismo. É uma relação hegemonizada pelo capital financeiro”, afirma.

Álvaro Merlo, que também é professor assistente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no Ambulatório de Doenças do Trabalho, diz que, em um contexto de forte desaceleração da economia, as empresas só conseguem manter o seu lucro com uma enorme pressão sobre os trabalhadores pelo aumento da produtividade. O resultado é uma série de sofrimentos psicológicos. Na visão dele, o atual modelo de organização do trabalho estimula a competitividade e isola o trabalhador. “Tu não tens mais um colega do lado, tu tens um competidor”, constata o médico. O sofrimento não aparece de uma maneira clara, já que o assediado acha que “o trabalho é assim mesmo”. Álvaro relata que quando pergunta “como vai o trabalho?”, para um trabalha-

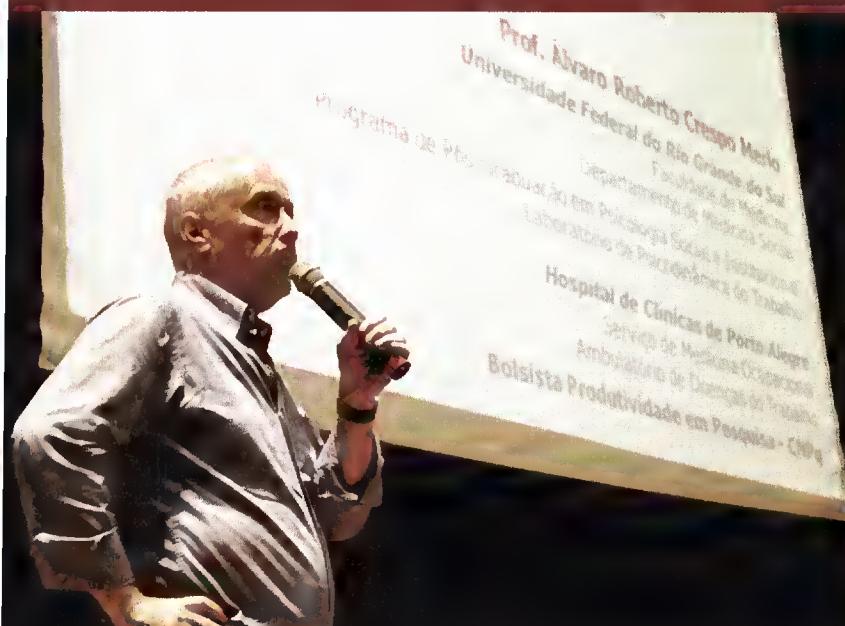
dor vítima de assédio, ele acaba chorando. “Esse é o resultado de longo período de solidão”, afirma. De acordo com o palestrante, essa lógica, comum na iniciativa privada, tem entrado, sem limites, no setor público.

O palestrante salientou que é necessário que os profissionais de áreas como recursos humanos, medicina do trabalho e psicólogos consigam identificar os casos de assédio moral logo no princípio. Na avaliação dele, quando o assediado chega ao limite de procurar um psicólogo ou advogado, por exemplo, é porque a batalha já está perdida. “O dano psicológico que estas pessoas sofrem, eu comparo com a violência sexual. Eles não têm como apagar a violência sofrida durante muito tempo. É importante intervir antes que isso ocorra”, adverte.

Obsessão para acabar com a estabilidade no serviço público

O professor de Direito da Unicamp, Roberto Heloani, também criticou as mudanças nas relações de trabalho dentro do serviço público, que criam ambiente propício para os casos de assédio moral. Antes escassos, os casos estão cada vez mais frequentes. “Estamos assistindo uma privatização do serviço público. A lógica das empresas privadas vem sendo, paulatinamente, implantada no Estado brasileiro”, destaca.

Essa política está destruindo a carreira no serviço público, na avaliação dele. E para exemplificar, citou o desabafo de uma servidora que, quando se aposentou, relatou “ter saído da escravidão”. Segundo José Roberto Heloani, que é um dos fundadores do site www.assediomoral.org, o local de trabalho traz insegurança para o servidor, por que é regido pela lógica da iniciativa privada. “Há uma obsessão para acabar com a estabilidade no serviço público, o que facilita ainda mais a corrupção e a lógica do mercado”, afirma.



Mesa 1: Professores Álvaro Merlo (esquerda) e Roberto Heloani (direita)

MESA 2

Trabalhadores que pensam diferente de seus superiores correm mais risco de sofrer assédio moral

"A Prova do Assédio Moral: discussão de caso concreto – Assédio moral no Município de Porto Alegre" foi o tema da segunda mesa de debates do Seminário. A psicóloga e professora da Ufcspa, Mayte Raya Amazarray, explicou como identificar situações de assédio moral no trabalho. Segundo ela, quando assediada, a vítima se sente sozinha e sem apoio. Depois, surgem alguns sintomas como crises de choro, tonturas, tremores, palpitações, falta de sono, estresse, tensão muscular e diminuição da libido, por exemplo. Mas, se o profissional da saúde não for treinado para identificar os sintomas de assédio moral, estes sinais podem passar despercebidos e desencadear problemas mais graves, como depressão, alcoolismo e uso abusivo de medicamentos.

Para a palestrante, a natureza do assédio moral é impalpável, prolongada e repetida. A própria vítima não se dá conta, em um primeiro momento, que está sendo assediada. "É o que acontece no serviço

público, onde as situações de assédio são mais sutis do que na iniciativa privada", diz. A professora da Ufcspa considera que o tipo de trabalhador mais vulnerável ao assédio moral é aquele que defende valores que não estão em consonância com os de seus superiores. Também são alvos em potencial para o assédio, representantes sindicais, integrantes de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), pessoas que já sofrem discriminação e preconceito na sociedade, atitude que é reproduzida no interior das instituições, e pessoas que têm algum tipo de limitação para a produtividade, como mulheres grávidas. Mayte citou alguns exemplos do que considera mecanismos clássicos de assédio no setor público: "Colocar o trabalhador à disposição do RH, promover transferências arbitrárias de local ou de setor de trabalho, tirar função gratificada ou ameaçar e dificultar o exercício de seus direitos como servidor público e trabalhador."

A professora da Ufcspa defende intervenções



Professora da Ufcspa, Mayte Amazarray (Esquerda) e Juíza do Trabalho Valdete Severo (Direita)

organizacionais, assim como práticas de atendimento ao assediado e ao assediador. Para a palestrante, é preciso estar atento ao problema do assédio moral em diversas áreas, com equipes interdisciplinares: no serviço de saúde ocupacional, de gestão de pessoas, nas comissões de saúde, nas comissões de ética, nas ouvidorias e nos sindicatos. "Minimamente, estes setores precisam estar preparados e atentos para o acolhimento e para a resolução de problemas relacionados à prática de assédio moral", diz. Outra medida que Mayte recomenda é a realização de treinamentos para os cargos gerenciais. "Muitas vezes, as pessoas são colocadas no cargo de supervisão ou gerência, mas não recebem suporte para estarem onde estão", reconhece.

Juíza do Trabalho defende resposta grave e pedagógica no poder judiciário

A juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Valdete Souto Severo, relacionou a prática de assédio moral à globalização do capitalismo. Segundo ela, o modelo econômico induz os trabalhadores a trocar saúde por salários. A terceirização é outra questão que, na avaliação da juíza, pavimenta o caminho para o assédio, porque segmenta o ambiente de trabalho e, ao fazer com que os trabalhadores não se identifiquem entre si,

acaba com a luta coletiva. "Todas as conquistas que, como classe trabalhadora, levamos décadas para conseguir, estão sendo muito rapidamente desmanchadas por uma proposta que, na perspectiva neoliberal, é de desgaste do Estado. Essa estrutura capitalista de produção já é assediadora. É por isso que todos nós já vivenciamos ou presenciamos situações de assédio nos ambientes de trabalho", afirma.

Valdete salienta que a Justiça do Trabalho, cada vez mais, aceita gravações clandestinas como prova de que o assédio efetivamente ocorreu. Há também uma tendência a dar atenção especial à palavra da vítima, incorporando um princípio utilizado no direito penal, nos crimes contra a honra. A juíza explica, ainda, que a Justiça do Trabalho tem recorrido aos profissionais da psicologia para a realização de perícias tanto com o suposto assediador quanto com a suposta vítima. "Através de várias entrevistas, tentamos conseguir mais subsídios para a avaliação do caso concreto" e se for constatado que há uma estrutura de assédio nos locais de trabalho, é dispensada a prova objetiva do assédio contra o trabalhador. Como exemplo, ela cita a própria Justiça do Trabalho, que conta com um número reduzido de servidores e um volume de trabalho que cresce ano a ano. Nestes casos, "é preciso considerar presumida a realidade do assédio, independente de outras provas",

garante.

Durante a palestra, a magistrada defendeu, com ênfase, que a resposta do Poder Judiciário ao assédio moral precisa ser grave e pedagógica, como um recado social à empresa. A penalização não deve ser somente pecuniária, já que os valores das indenizações, atualmente, são ínfimos. Neste contexto, do ponto de vista do assediador, a ação judicial acaba valendo a pena. “É por isso que a resposta do Judiciário tem que ser tão grave que o empregador pense que é mais vantajoso mudar a conduta”, destaca.

No fim da segunda mesa, o seminário abordou um caso de assédio moral ocorrido com uma

servidora municipal de Porto Alegre. Responsável pela ação judicial de assédio moral sofrida pela vítima, o advogado Marcelo Lipert detalhou para o público as estratégias utilizadas no caso e a contextualização jurídica do processo. Na sequência, a vítima Rosana Metrangolo descreveu as situações de assédio moral que sofrera durante o trabalho no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre. Atraso nas promoções, proibição para participar de comissões e mudança constante de local de trabalho foram situações vivenciadas pela servidora. Após 10 anos, finalmente Rosana ingressou na justiça pelo assédio sofrido. “Foi um estrago na minha vida”, desabafa.

MESA 3

Para combater o assédio moral todos os caminhos apontam para ações coletivas e revolucionárias

A terceira mesa do “II Seminário Assédio Moral – Estado, Poder e Assédio: relações de trabalho na administração pública” trouxe à discussão o que os estudiosos chamam de “controle da subjetividade” e concluiu que, no combate ao assédio moral nos locais de trabalho, todos os caminhos apontam para ações coletivas e revolucionárias, que sejam capazes de romper com as estruturas existentes. Participaram da mesa como palestrantes os professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Aldacy Coutinho e José Henrique de Faria, e como coordenador o professor da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa) e procurador do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Paulo Leivas.

Aldacy Rachid Coutinho, advogada, procuradora do Estado do Paraná, professora da UFPR e presidente da Academia Paranaense de Direito do Trabalho, abordou as mudanças que têm ocorrido

no âmbito das administrações pública e privada e que desafiam a área do Direito a dar respostas a determinadas situações ligadas ao trabalhador e ao mundo do trabalho.

Para a advogada, a subjetividade do sujeito trabalhador está por trás desta dificuldade. “Onde quer que ele se encontre, na iniciativa privada ou no âmbito da administração pública, nós estamos diante de um sujeito. E como esse sujeito se coloca na contemporaneidade? Para responder esta pergunta é preciso compreender que estamos vivenciando um espaço que poderia ser vislumbrado a partir de várias referências na psicanálise, que identificam nossa sociedade como uma sociedade sem limites”, observa.

E essa falta de limites, na visão da advogada, talvez seja a característica primordial desse sujeito, que se constitui nas relações sociais a partir de uma nova lógica, onde tudo é permitido, tudo é relativo,

resultando em uma “coisificação geral”, uma patologia que tem sido identificada, no âmbito dessa sociedade contemporânea, como “sociedade da perversão ordinária”. “E por que eu faço referência a essa perversão ordinária? Exatamente pelo fato de que, embora não sejamos todos necessariamente perversos, atuamos como se perversos fôssemos. E o que caracteriza exatamente essa perversão é a coisificação do outro, que deixa de ser aquele com o qual eu vou me relacionar a partir das diferenças e se coloca como uma possibilidade de garantir a implementação dos meus interesses mais egoísticos”, exemplifica.

Aldacy observou ainda que a estrutura inerente ao capitalismo, que tem como objetivo transformar o sujeito em mercadoria, força de trabalho e dinheiro, permite essas relações de poder. E que, no início, o poder era exercido apenas sobre o corpo, porque na medida em que se tomava o tempo, se tomava o corpo. Mas isso não foi suficiente e o capitalismo precisou avançar ainda mais, sobretudo dentro de uma estrutura lógica de um capitalismo parasitário, onde o capital é pautado pelo crédito e as relações de consumo passam a dimensionar as pautas das relações sociais. Portanto, o tempo do trabalhador agora é gasto não apenas com o trabalho, mas também com o consumo. E para consumir mais é preciso de mais renda, e para ter mais renda, o trabalhador muitas vezes se submete a qualquer situação.

Marco Regulatório do Direito

Na análise da procuradora e professora da UFPR, o marco regulatório do Direito não foi suficiente para barrar as práticas nocivas de assédio moral, de danos morais, de violações constantes em relação a direitos constitucionalmente assegurados, como o direito à intimidade, o direito à vida privada. “Isso se dá, em especial, em uma lógica daquilo que a gente pode identificar como ‘captura da subjetividade’, para além daquela estrutura tradicional, de um modelo capitalista produtivo, onde o corpo não é mais suficiente, é preciso tomar também a alma. Essa captura da subjetividade significa o aniquilamento completo da construção desses espaços de autoestima, desses espaços de construção da própria

identidade desse ser trabalhador”, explica.

Aldacy defende que essa prática comum no âmbito das atividades empresariais, jamais poderia se estender ao âmbito da administração pública, por vários motivos, dentre eles porque não interessa à administração pública uma racionalidade econômica-produtivista. “Vamos imaginar a estrutura do Poder Judiciário, onde as relações são cada vez mais complexas. Como vamos identificar o que é eficaz? Como vamos saber se aquela sentença seria melhor, em termos de resultado, se tivesse sido proferida 15 dias antes, ou se, eventualmente, o tempo do processo deve tardar um pouco mais e aguardar que novas provas sejam produzidas? No âmbito da Universidade, como vamos identificar se um professor é mais ou menos produtivo? Com base em critérios meramente numéricos, quantas conferências ele vai proferir, quantos artigos ele vai escrever ou quantos trabalhos ele consegue publicar?”, questiona.

A lógica do custo/benefício

A introdução da lógica capitalista no âmbito da administração pública tornou o ambiente mais propício para o desenvolvimento da ideologia neoliberal, em que o Estado vai se retirando e abrindo as portas para as normas ditadas pelo mercado. “É aqui que a questão da eficiência se coloca, supostamente, como uma dimensão recebida com aplausos”, observa.

Os comportamentos passaram a ser ditados a partir da lógica do custo/benefício e é exatamente nessa perspectiva que a questão das metas e resultados se coloca diante de uma dimensão em que o ser humano se reduz à mera mercadoria. “Somos todos objetos, somos todos assujeitados, não somente assujeitados ao poder, porque, de certa forma, o poder está disseminado em todas as relações, mas particularmente somos todos assujeitados a uma nova lógica desse poder altamente arbitrário, que é exercido de uma forma indevida por alguns, que se colocam numa perspectiva de destruição do outro enquanto objeto”.

A professora ressalta que as mudanças no mundo do trabalho, que vislumbram um perfil de trabalhador/empreendedor, com mais autonomia e liberdade



II SEMINARIO

ASSÉDIO MORAL

Professores da UFPR, Aldacy Coutinho (Esquerda) e José Henrique de Faria (Direita), defendem ações coletivas e revolucionárias.

Estado, Poder
relações de trabalho n

de, na verdade é o que mais tem aprisionado. E esse modelo vem sendo traduzido para o âmbito da administração pública, supostamente pensando que também na administração pública é necessário dar respostas em termos de resultados e produtividade. "E não me coloco em uma perspectiva de tentar compreender isso a partir de uma trajetória de vitimização, porque, de certa forma, todos nós aceitamos essa perspectiva e temos dificuldade de conscientização, o que demonstra a importância de seminários como esse sobre assédio moral, para nos fazer pensar que Estado é esse, que poder é esse e a que custos estamos introduzindo práticas de assédio".

Dante das tentativas de poder e domínio, Aldacy Coutinho acredita que é possível aos trabalhadores encontrar espaço no qual se faça valer a própria identidade, o próprio interesse. "Para isso é preciso tomar consciência de que somos sujeitos e não assujeitados, que essa tentativa de captura da subjetividade não é total e não somos obrigados a atender toda essa perspectiva de constrangimento, de humilhações, sob pena de explicitarmos uma certa vulnerabilidade que é própria de cada um de nós como seres humanos", completa.

Segundo ela, não existe, no âmbito da União, para os servidores públicos federais, nenhum espaço que possa garantir o entendimento, o enquadramento como causa penal para as questões que envolvem assédio moral, mas há, na Constitui-

ção Federal, o princípio da "dignidade da pessoa humana", que é suficiente para que se possa judicializar e tentar, com isso, estabelecer pautas que podem não ser preventivas, mas são repressorias.

A procuradora defende, ainda, atitudes preventivas do assédio moral que, segundo ela, devem ter como base o reconhecimento de que não é possível implementar uma gestão meramente por produtividade, por metas e por resultados. "É preciso reconhecer que somos diferentes, cada um tem o seu momento e a sua possibilidade de responder. Somos todos responsáveis e vamos cumprir as pautas inerentes à nossa função ou dentro dos cargos que nós ocupamos. E que não será em melhor proveito da sociedade que se deve aniquilar ou destruir com o outro, porque isso está numa ordem de absoluta perversão, que somente destrói o espaço dessas relações sociais".

Capitalismo: terreno fértil para o assédio moral

Professor de pós-graduação em Administração na UFPR, José Henrique de Faria inicia sua palestra com a seguinte reflexão: o assédio moral, como muitos pensam, não nasceu com o capitalismo, mas encontrou no modo capitalista de produção um terreno fértil para se desenvolver. E se o Estado é a forma como a sociedade se organiza e a forma como a sociedade se organiza é baseada no modo

capitalista, estamos falando de um Estado capitalista. Sendo o Estado capitalista, não é de se surpreender que aquilo que acontece nas relações de produção capitalista, apareça, da mesma forma, no interior do aparelho administrativo do Estado.

Ao lembrar a definição de assédio moral como uma violência que põe em risco a saúde física e emocional do trabalhador, Faria coloca em discussão por que não se questiona a origem dessa violência, indo além de pensar o assédio como apenas uma relação interpessoal. “É preciso reconhecer que existe uma estrutura pronta, que permite que o assédio se instale. Também não se consegue fazer com que a estrutura jurídica do Estado atue sobre a prática do assédio da forma como entendemos que deve acontecer. Nós estamos subsidiando a estrutura jurídica, hoje, com estudos de casos, mas ainda falta compreensão para além do nexo causal, para além do sofrimento físico e emocional”, observa.

Faria traz a questão para o âmbito da Universidade, especialmente para o cotidiano docente, ao classificar como “situação constrangedora” o fato de professores, especialmente bolsistas da Capes, serem obrigados a publicar trabalhos que não publicariam em outras circunstâncias, porque precisam atingir um número x de artigos publicados na revista a, b ou c, para pontuar e seguir com a pesquisa. “Ao sistema de avaliação implantado, pouco importa se o que está sendo produzido vai reverter em algo positivo para a sociedade, o que interessa é a quantidade produzida. Esse sistema é organizado pela Capes e se torna uma violência, porque se não seguimos essas regras somos humilhados, ridicularizados, inferiorizados, podemos até ser retirados do programa. Isso não é assédio na literatura, mas entendo que tem que ser considerada uma prática de assédio, sim. Trata-se de um programa de gestão e não de um caso ou outro isolado”, defende.

Outra forma de assédio apontada pelo professor e pesquisador veio com o avanço da tecnologia, a partir do uso de tablets, smartphones etc. “Estamos sempre ligados, a jornada, atualmente, não respeita nem o tempo nem o local de trabalho.

“Não tem sábado, não tem domingo”, observa José Faria. Isso seria parte de um processo chamado “controle da subjetividade”, que surgiu com tanta sutileza, que ninguém percebe. “Essa doação do tempo fora do horário de trabalho acaba, também, não sendo vista como uma forma de assédio, porque mais uma vez tendemos a reduzir o assédio ao que acontece estritamente no ambiente de trabalho, às relações interpessoais”, alerta.

Paradoxos e desafios

Para José Henrique Faria, existe omissão por parte da Universidade, quando esta não dispõe de mecanismos internos que possam dar conta de apurar os casos de assédio. Ele exemplifica com o caso de uma professora da UFPR que foi assediada por um diretor e, depois de muito sofrimento, acionou a Universidade na Justiça, corresponsabilizando o professor. E a Universidade, através de sua Procuradoria, defende a Universidade contra a professora, que foi vítima de assédio moral. “Isso não é só um paradoxo, isso é simplesmente um absurdo, é uma violência, porque agora a professora tem que lidar não só com o seu assediador, mas também com o assédio da própria estrutura jurídica da Universidade. A Universidade está sendo perversa com ela tanto quanto o diretor que a assediou”, ressalta.

Ele coloca como desafio pensar como a prática do assédio moral ultrapassou as fronteiras das relações interpessoais e virou uma prática institucionalizada no setor público. Neste sentido, é preciso ultrapassar os limites teóricos e considerar os programas de gestão como potencialmente assediadores todas as vezes que afetam o trabalhador e pensar que programas “inocentes”, como produtividade docente, é uma forma de assédio institucionalizado. “O assédio moral, hoje, é um problema político e social grave. É preciso responsabilizar a instituição tanto quanto as pessoas que cometem o assédio. Não se pode ficar preso apenas aos estudos de casos isolados, é preciso ficar atento aos discursos dissimulados sobre gestão de competência. A luta contra a violência exige da nossa parte uma atitude coletiva, transformadora e revolucionária”.

Política institucional contribui para o combate ao assédio

A partir do momento em que uma instituição se posiciona formalmente contra o assédio moral é possível criar ações de acolhimento dos servidores que sofrerem o abuso, além de programas de formação de gestores e multiplicadores, e reuniões periódicas de prevenção. Segundo os integrantes do painel "Como Combater o Assédio Moral na Administração Pública", este seria o procedimento ideal em universidades, hospitais e tribunais, entre outros ambientes de trabalho do setor público.

Quando não há uma posição formal contra o assédio, "permite-se que ele aconteça", advertiu a professora da Escola de Administração da Ufrgs, Silvia Generali da Costa, uma das palestrantes do Seminário. O acompanhamento e fiscalização dos casos de exposição de servidores a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho são resultado deste posicionamento, destacou a docente. "O ideal é criar comitês que envolvam servidores, gestores, sindicatos, entre outros pares, a fim de apurar as denúncias."

Esta também é a opinião da ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, professora e advogada Elaine Harzheim Macedo. Para ilustrar, ela apresentou um caso bem sucedido do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS), que, em 2014, criou um código de ética interno, elaborado por uma comissão especial encarregada de debater, receber queixas, investigar casos de assédio e encaminhar soluções para o problema. "Uma instituição deve ter vontade política para que este tipo de conflito seja investigado e solucionado," defendeu.

O assédio moral nunca vem sozinho, deixa

vestígios no ambiente de trabalho e no atendimento ao público externo, justificou Elaine. "Se uma pessoa não está bem no seu ambiente de trabalho, ela não conseguirá prestar um bom serviço ao cidadão. Então, enfrentar estas questões passa, também, pelo interesse público" justificou. A advogada explicou que a Comissão Multidisciplinar de Combate ao Assédio Moral do TRE, ao averiguar um caso, apura todo o entorno do problema. "São realizadas entrevistas com os servidores e, depois, é elaborado um relatório minucioso, com provas e depoimentos, que passa por juízo de análise (para se concluir se foi ou não praticado o assédio), antes que sejam tomadas providências."

No TRE, o acolhimento das vítimas consiste em acompanhamento médico e psiquiátrico, além de assessoria jurídica, detalhou a ex-presidente do Tribunal. "Mas também é realizado um acompanhamento ao assediador, na busca de um acordo de compromisso de mudança de conduta pessoal e profissional." Os envolvidos ainda passam por sistemas de resolução de conflitos, como mediação e justiça restaurativa. "Claro que a remoção de pessoas não se exclui", observou.

Na opinião da professora da Escola de Administração da Ufrgs, Silvia Generali da Costa, mais válido do que ver um assediador afastado é a vítima receber as desculpas e poder dialogar com quem lhe violentou moralmente. "Por isso é tão importante que, ao combater o assédio moral, o coletivo seja reforçado, para que se promova a integração entre as pessoas. Se houver alguém que possa mediar esta relação, pode-se evitar a reincidência", observou. A docente ainda lembrou que, muitas vezes, o



Painelistas defendem política institucional para combater o assédio.

assediador também sofre cobranças para o cumprimento de metas.

Assediado precisa saber a quem recorrer

No caso de prevenção do assédio dentro da administração pública, é necessário divulgar e debater o assunto, “inclusive para que todos entendam o que isso significa”, pontuou a ex-presidente do TRE, professora e advogada Elaine Harzheim Macedo. A palestrante também defendeu o desenvolvimento de trabalho científico para coleta de dados e melhoria das metodologias de averiguação, além de cursos que preparem as pessoas para lidar com o problema. “Também é fundamental que as comissões encarregadas de fazer o acolhimento das vítimas reavaliem casos já tratados, muitas vezes sendo preciso verificar *in loco*.”

Na discussão, a professora Silvia Generali lembrou que todo servidor precisa saber a quem deve encaminhar uma denúncia de assédio moral: “se a instituição não tem uma ouvidoria, área de gestão de pessoas, serviço médico ou serviço social, que possa escutar o assediado, ainda resta o sindicato”, concordou. “E, confor-

me a ocorrência, também é possível procurar o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia de Polícia.”

A docente argumentou que, na administração pública, há uma tendência das pessoas descarregarem sua insatisfação sobre outros. “Se entendem que a universidade, por exemplo, é um ambiente perverso, muitas vezes projetam seu ódio da instituição para uma determinada pessoa”, exemplificou. Segundo ela, também é preciso que a instituição dê uma resposta rápida a seus servidores nos casos de abuso que firem a dignidade do trabalhador.

“Isso ajuda, inclusive, a evitar boatos, porque muitas vezes se ouve falar que um colega foi assediado, mas não se fica sabendo o que aconteceu.” Silvia ainda alertou que, após o afastamento para tratamento da saúde mental da vítima, não funciona manter o servidor no mesmo local onde sofreu assédio, se ali ainda estiver o assediador, que, na maioria das vezes, continua ocupando o cargo de chefia. “Se o trabalhador voltar para o ambiente, antes que este se torne mais saudável, vai adoecer novamente”, alertou.

Combate ao assédio ainda é desigual no País

Dirigentes sindicais de várias partes do Brasil estiveram presentes no “II Seminário Assédio Moral - Estado, Poder e Assédio: Relações de Trabalho na Administração Pública”. Uma das constatações é que a percepção e o combate ao assédio não é igual em todo o País. Sindicalistas do Paraná, por exemplo, denunciaram a “cultura assediadora” de uma instituição de ensino e perseguição a docentes grevistas.

Entre os promotores do evento, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (Sindiedutec) trouxe oito membros em sua delegação. O diretor-presidente Nilton Brandão destacou que o seminário é importante para que as pessoas percebam que há solução para o assédio moral e que o sindicato, como ferramenta de luta dos trabalhadores, é o local em que o assediado pode buscar guarida. Brandão revela que, no seu Estado, há muitos casos graves de pessoas que ficaram doentes por sofrerem assédio moral e que a cultura do assédio está institucionalizada no Instituto Federal do Paraná. O assédio é uma retaliação aos servidores que aderiram à greve na instituição. “As pessoas choram copiosamente quando contam o seu caso”, mas, por medo, não querem que o sindicato tome providências. Neste

contexto, a alternativa do Sindiedutec é denunciar a conduta da direção do Campus, para tentar conter os casos de assédios. “A nossa luta hoje é no sentido de mostrar aos servidores que a única forma de combater o assédio é denunciando os assediadores”, destaca.

Em Goiás, o assédio existe, mas ainda é pouco denunciado. O diretor-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg), professor Flávio Alves da Silva, relata que as denúncias, quando ocorrem, partem das ouvidorias da universidade assediando o professor. O sindicalista diz que o docente goiano não tem por hábito denunciar os casos de assédio moral e que o sindicato pretende fazer um evento similar para discutir o tema. “Se você for pensar, quase toda a universidade sofre assédio. É um tema que precisa ser estudado profundamente”, afirma.

Outra entidade presente no Seminário de Assédio Moral, em Porto Alegre, foi o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc), representada por seu presidente, Leonardo de Almeida Monteiro. Segundo ele, há interesse do sindicato em fomentar essa temática, embora os casos de assédio, na prática, não tenham gerado demanda na

entidade. Para Leonardo, isso só não ocorre porque, por um lado, há desinformação e, por outro, o assediado tem medo de sofrer algum tipo de retaliação. “Este evento, pela quantidade de pessoas que estão participando, demonstra que o assédio moral é um tema que carece de discussão e de informação. Temos que provocar esse debate, e ver o que podemos fazer para combater o assédio moral no âmbito da nossa atuação sindical”, afirma.

Representando o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), estiveram presentes o diretor financeiro da entidade, Bernardo Borges, e o diretor de eventos, Jovelino Falqueto. De acordo com Falqueto, as reclamações de assédio moral cresceram nos últimos anos no sindicato local. “Temos basicamente o tratamento jurídico, por enquanto”, afirma. De acordo com Bernardo Borges, os assuntos abordados no seminário serão levados à diretoria do sindicato. Ele revela que a intenção é de incentivar esse tipo de análise dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. “O assédio é um tema delicado desde a identificação até as ações de prevenção. A gente sabe que o assédio moral é muito presente, cuja discussão começou tardivamente.”, afirma.

Prazo para opinar sobre Base Nacional Curricular encerra em março

Consulta pública implementada em setembro deu voz às muitas críticas e também a sugestões, e já recebeu mais de 6 milhões de contribuições de todo o País

por Adriana Lampert



BASE NACIONAL COMUM DA EDUCAÇÃO

Ainda que abaixo de polêmica, a Base Nacional Comum Curricular (BNC) está prestes a reformular e determinar o currículo mínimo para todos os alunos das 190 mil escolas de educação básica do Brasil. Mas não sem que antes sejam acolhidas, pelo governo, as críticas e sugestões da sociedade civil, pais, docentes, alunos, pesquisadores e representantes de instituições de ensino públicas e privadas. E não está faltando opinião sobre o tema. Na primeira etapa de consulta pública, que avalia o texto da proposta preliminar para a discussão da BNC, iniciada em 15 de setembro, o portal da Base recebeu mais de 6 milhões de contribuições. A maioria (148 mil) de professores. O material continua disponível no site do Ministério da Educação (MEC) e já está na segunda etapa de coleta de opiniões (inicialmente prevista para encerrar em junho de 2016), cujo prazo final foi antecipado para 15 de março de 2016. A partir daí, o projeto ganha nova versão, que será submetida ao Conselho Nacional de Educação.

Desenvolvido por determinação do Plano Nacional de Educação (PNE), o documento de 300 páginas, elaborado por 116 especialistas de 35 universidades e da Educação Básica, deve impactar na formação inicial e continuada de professores, bem como em mudanças significativas do material didático nas escolas – no que se refere à incorporação de elementos audiovisuais e à presença de conteúdos específicos implementados pelas redes autônomas de Educação.

“Resta pouco tempo para se utilizar os canais que o MEC oferece, bem como criar outros alternativos para, através de uma leitura crítica do texto, se propor discussões tanto nas universidades quanto nas escolas, em seus diferentes níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), retomando, como educadores, o que foi delegado para os especialistas”, explica a professora da Faculdade de Educação (Faced) da Ufrgs, Sandra Mara Corazza. “Se queremos um Currículo Comum de Direitos e Deveres de Aprendizagem, temos que

ter tempo, garantias de mobilização, muita discussão e espaço para negociações e embates, de modo que tanto o processo como o seu resultado sejam, de fato, comuns e nacionais.”

Segundo a docente, que esteve no início de dezembro participando de reunião na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), mesmo em Brasília existe polêmica e muitas posições de “terra arrasada” sobre o tema. “Com as quais eu não concordo”, emenda Sandra. Algumas reclamações partem de grupos que ficaram alijados da BNC – a exemplo de quilombolas, do pessoal da Educação Indígena, e da representação LGBT – e que estão reivindicando ao MEC sua inclusão no documento. Sandra também tem críticas ao texto. “Entre os problemas que encontrei, há fragilidade dos princípios norteadores”, justifica. Mas a docente afirma discordar de quem é contrário à implementação do currículo mínimo comum às escolas do País. Quem diz “não” à proposta, afirma que a base irá limitar a autonomia dos professores e da escola, e desvaloriza os profissionais da educação básica, dando a entender que os mesmos não têm uma boa formação, a partir do momento que precisam de diretrizes. Já os que dizem “sim”, afirmam que o documento deve garantir melhor qualidade da educação, e o direito de todos terem mais igualdade de condições para aprender.

“A Base está aí. Foi pensada por colegas que, com certeza, não foram mal intencionados.” Para a professora, no entanto, algumas áreas carecem de detalhamento no que se refere a objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. “Faltam eixos, consistência – digamos que falta uma espinha dorsal para a própria Base.” O texto dos princípios norteadores, segundo a docente da Ufrgs é superficial. “Não dá sustentação. A atual proposta da BNC está muito disciplinizada, sem possibilidades de correlação entre as áreas. Mesmo dentro de área específica, falta articulação entre os componentes curriculares que a constituem.”



A proposta da Base Nacional é apresentar os conteúdos mínimos a serem vistos em sala de aula para as áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas em cada etapa escolar do estudante, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A ideia, segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Manuel Palácios da Cunha, "é que sejam especificados, por ano e por componente curricular, os objetivos de aprendizagem do governo federal".

Segundo o documento preliminar, o currículo terá 60% de conteúdos comuns para a Educação Básica do ensino público e do privado. Os 40% restantes serão determinados regionalmente, considerando as escolhas de cada sistema educacional. Na prática, além da parte do currículo, que será comum a todas as escolas, outra, regionalizada, deve ser construída em diálogo com a primeira e de acordo não apenas com a cultura local, mas também com a realidade de cada instituição de ensino. No entendimento de Palácios, o novo currículo irá se alinhar com avaliações nacionais, como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Há sinais de que está para entrar uma Prova Nacional de Avaliação de Professores, mas em Brasília há muitas ideias divergentes, e se vive um momento em que não existe definição sobre isso, não se sabe bem qual será o resultado deste debate", observa Sandra.

Aprovação com receio

A Base Nacional Comum Curricular é um documento previsto desde a Constituição de 1988, para a definição de uma formação escolar universal na escolaridade brasileira. Apesar de sua existência ser prevista de forma legítima há tanto tempo, o que se pode problematizar é a forma como foi construída e seu significado implícito, argumenta a professora de Sociologia do Colégio de Aplicação (CAp) da Ufrgs, Kelly Cristine Correa da Silva. "Seu sentido latente pode ser político, ao vincular o ensino aos exames nacionais, e produzir estatísticas", aponta a docente, que considera positiva a orientação de objetivos comuns para a formação escolar dos estudantes. "Mas há um receio de que a diversidade cultural do Brasil não será respeitada em uma base comum", pondera Kelly.

Segundo a professora de Sociologia do CAp/Ufrgs, a parte diversificada do currículo é um espaço de autonomia das escolas e pode dar conta desse item. Na opinião de Kelly, o "espaço" que fica em aberto nas referências teóricas e metodológicas não, necessariamente, significa fragilidade. "Representa a autonomia dos professores para, a partir da Base, construir seus projetos e tomar decisões." Se não houvesse nenhum espaço, continua Kelly, "se tudo viesse pronto, da teoria à metodologia", provavelmente o documento seria considerado engessado e padronizador ao extremo. "A educação escolar é parte

relevante na constituição da identidade nacional. A previsão da produção de documentos para a escolarização em 1988 aconteceu em um contexto de redemocratização do Brasil. Então, a Base é parte de uma política de um projeto de Nação ou de identidade nacional", defende a professora de Sociologia.

No site da BNC, de fato, é reforçada a ideia de que apesar da proposta definir mais de 50% do conteúdo escolar, os mais de 2 milhões de professores de Educação Básica do País continuarão podendo escolher os melhores caminhos de como ensinar e, também, quais outros elementos precisam ser somados no processo de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos. "Tudo isso respeitando a diversidade, as particularidades e os contextos de onde estão", promete o documento.

Prazo apertado

Apesar de estar aberto para que todos os brasileiros possam contribuir, o debate sobre a BNC tem enfrentado críticas também em relação ao prazo da própria discussão do tema dentro das escolas. "É muito curto. Não há como estudar e fazer a crítica qualificada de um documento importante, obrigatório para todo o País, no período de tempo que foi determinado", argumenta a professora Kelly. Segundo ela, a expansão do prazo para leituras, estudos e debates "é essencial para que se percebam as fragilidades do documento e se possa contribuir com sugestões pertinentes". Neste sentido, de certa forma, Kelly concorda com Sandra, ao lembrar que, para que os profissionais das escolas não se sintam menosprezados em seu próprio ofício, e apenas executores de ideias e projetos de outros, precisam participar dessa construção de modo "mais presente e consistente".

Para democratizar o debate público sobre a



BNC, Kelly sugere ampliar os especialistas consultados. "Sobretudo esses profissionais deveriam ser buscados em escolas públicas de modo ou em número expressivo." Os especialistas considerados, geralmente, são professores acadêmicos, pesquisadores, "que não entendem do ofício docente na escola básica, no sentido do trabalho cotidiano e suas especificidades", argumenta a professora do CAp/Ufrgs. "A pesquisa é relevante para produção de conhecimento em todas as áreas. Ter uma dissertação ou uma tese escrita sobre ensino, com certeza, ajuda muito a compreender o assunto, é produção de conhecimento na área, mas não substitui a consulta aos trabalhadores que constroem, de fato, o ensino em sala de aula todos os dias", argumenta.



Elá destaca que “sempre há conflitos internos” em uma área de conhecimento. “Há disputas e vaidades acadêmicas para participar de definições políticas, que não revelam as reais necessidades das escolas”, pondera, para justificar que uma abordagem desse ponto de vista é crucial para que a construção do documento não caia na dicotomia “planejamento (uns pensam e criam) x implementação (outros cumprem)”.

O MEC informa que, para a elaboração do documento preliminar, a Secretaria de Educação Básica promoveu reuniões com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consel), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Fórum Nacional de Educação (FNE), além de associações profissionais e científicas da área, informando as ações realizadas durante o processo e mobilizando para a abertura da discussão nacional em setembro deste ano.

No último dia 2 de dezembro, o Ministério realizou, em todo o País, o Dia Nacional da Base, para incentivar o debate sobre a proposta. Na segunda semana do mês, mais de 10 mil unidades de ensino se cadastraram no Portal da Base, além de 29 mil escolas e 170 mil indivíduos, sendo a maioria (148 mil) professores. Escolas públicas e

privadas permanecem convidadas a discutir a proposta e enviar suas colaborações. No entanto, uma dificuldade é o próprio período de discussão, destaca a professora da Faced/Ufrgs, Sandra Corazza. “É muito difícil fazer isso no final de ano, quando muitos professores estaduais de diversos estados estão recuperando dias de greves, afinal é necessário tempo hábil para poder se debruçar sobre 300 páginas. Então, a participação das escolas também é problemática”, ressalta a docente. Outro ponto na opinião da professora Kelly da Silva é a possibilidade de intervenção em um documento pronto. “É um pedido de contribuição e modificação em uma proposta pronta, sem participação expressiva na constatação dos problemas da escolarização brasileira, na construção dos princípios que regem a Base”, explica. “O diálogo precisa ser ampliado”, reforça.

“A base acontece na base”

A professora da Faculdade de Educação (Faced) da Ufrgs e ex-secretária de Educação Básica do MEC, Maria Beatriz Luce alerta: ainda que o documento chegue ao Conselho Nacional de Educação em junho próximo, deve ser discutido nas escolas posteriormente, e ir sendo modificado à medida que professores vão colocando a teoria em prática. “A construção da BNC para a democratização da Educação é um movimento sem fim”, explica. “A base acontece na base (na escola). Por isso, tem que ser feita pela base, pelos

professores das escolas. Eles têm que se sentir autores, conhecer este documento profundamente”, reforça. Para a BNC ter efeitos positivos, continua Maria Beatriz, é necessário que seu processo de construção jamais termine. “Se for implementado de cima para baixo, vai ser muito limitado e sequer acontecerá. As escolas precisam avaliar e propor mudanças, à medida que forem implementando no dia a dia.” O mesmo deve acontecer com o curso de formação de professores nas universidades, destaca a docente da Faced/Ufrgs.

Maria Beatriz entende que fazer a discussão através do portal da Base é uma estratégia de participação, mas não é suficiente para que os professores conheçam profundamente a proposta elaborada, de forma que possam orientar este trabalho. Ela considera que as diretrizes curriculares nacionais são muito importantes e precisam ser

conhecidas e mais estudadas nos cursos de licenciatura e atividades de educação continuada dos professores.

“Para proporcionarmos mais direitos à Educação e melhor formação de professores, precisamos trabalhar constantemente em um estudo que seja formativo e leve a decisões coletivas nas escolas, articuladas em cada Município, Estado e em nível nacional.” Neste sentido, a docente acredita que também o planejamento nas escolas pode se beneficiar de um acompanhamento das universidades, com pesquisas continuadas para a base nacional. Por enquanto, o debate não está acontecendo, avalia a professora Sandra Corazza. “O que está sendo feito é uma enquete de opinião. Mas, como consulta que se pretende pública e democrática, tem problemas sérios, um deles é que o site é pesado e não carrega quando coloca os filtros.”



Professora da Faculdade de Educação (Faced) da Ufrgs, Maria Beatriz Luce

Ganho para a indústria do livro

A educação escolar é um serviço público, que está sofrendo pressão constante do capital. E as definições nos componentes curriculares podem privilegiar determinadas publicações, aquelas que se adequarem aos documentos oficiais e aos exames nacionais, o que reduz a possibilidade de escolha dos professores e privilegia poucas empresas, capazes de produzir em uma escala para atender ao País. Pelo menos esta é a visão de boa parte dos educadores que consideram a proposta da BNC uma forma de atender os interesses mercadológicos da indústria do livro. "O mercado do livro didático e de materiais diversos para o ensino é altamente rentável", concorda a professora de Sociologia do Colégio de Aplicação da Ufrgs, Kelly da Silva. A conciliação deste impasse passa, necessariamente, pelo controle dos professores de tudo o que é produzido para as escolas e utilizado em sala de aula, pondera a docente.

"Antes de o dinheiro público ser gasto, é preciso que os professores conheçam, avaliem e escolham seus materiais, dentro de um leque de opções. Por outro lado, os próprios docentes têm formação e capacidade para produzir seus materiais de aula, dadas as condições necessárias de trabalho para estudo, planejamento, pesquisa", sugere Kelly. Existem informações de que grandes conglomerados financeiros, via seus braços sociais – como Fundação Itaú, Fundação Lemann e Fundação Airton Senna – estão tendo uma ingerência muito grande na Base Nacional Curricular. "Estas instituições têm interesses na organização do trabalho que vem de dentro do MEC", avalia Sandra. "O que eles chamam de qualidade da Educação não é o que nós, educadores de um campo progressista, consideramos."

Quanto à crítica de que a BNC serve mais aos interesses de quem produz e vende livros, materiais didáticos, tecnologias para escolas e pacotes de formação de professores, Maria Beatriz aponta que "não há dúvidas de que se a Base Nacional Comum for no sentido de delimitar conteúdo do ensino, irá favorecer o desenvolvimento de

materiais mais limitados. "E isso contraria a Política Nacional de Livro Didático e Livros Escolares, que procura fomentar a produção de uma diversidade de livros didáticos e outros materiais, e oferece-la para ser avaliada pelas instituições de forma democrática." Segundo a docente, nos últimos anos a forma como isso ocorre é mandar catálogo para as escolas, para que escolham quais livros querem receber do Programa Nacional do Livro Didático. "Se a Base deixa de ampliar a perspectiva curricular, vai interferir e condicionar a qualidade da produção de materiais didáticos e tecnologia, e poderá ter efeitos na limitação da produção e favorecer a concentração do mercado editorial", adverte. Maria Beatriz completa que isso seria um equívoco. "O sentido da BNC não deve ser de estreitar a formação dos professores e de estreitar o currículo escolar."

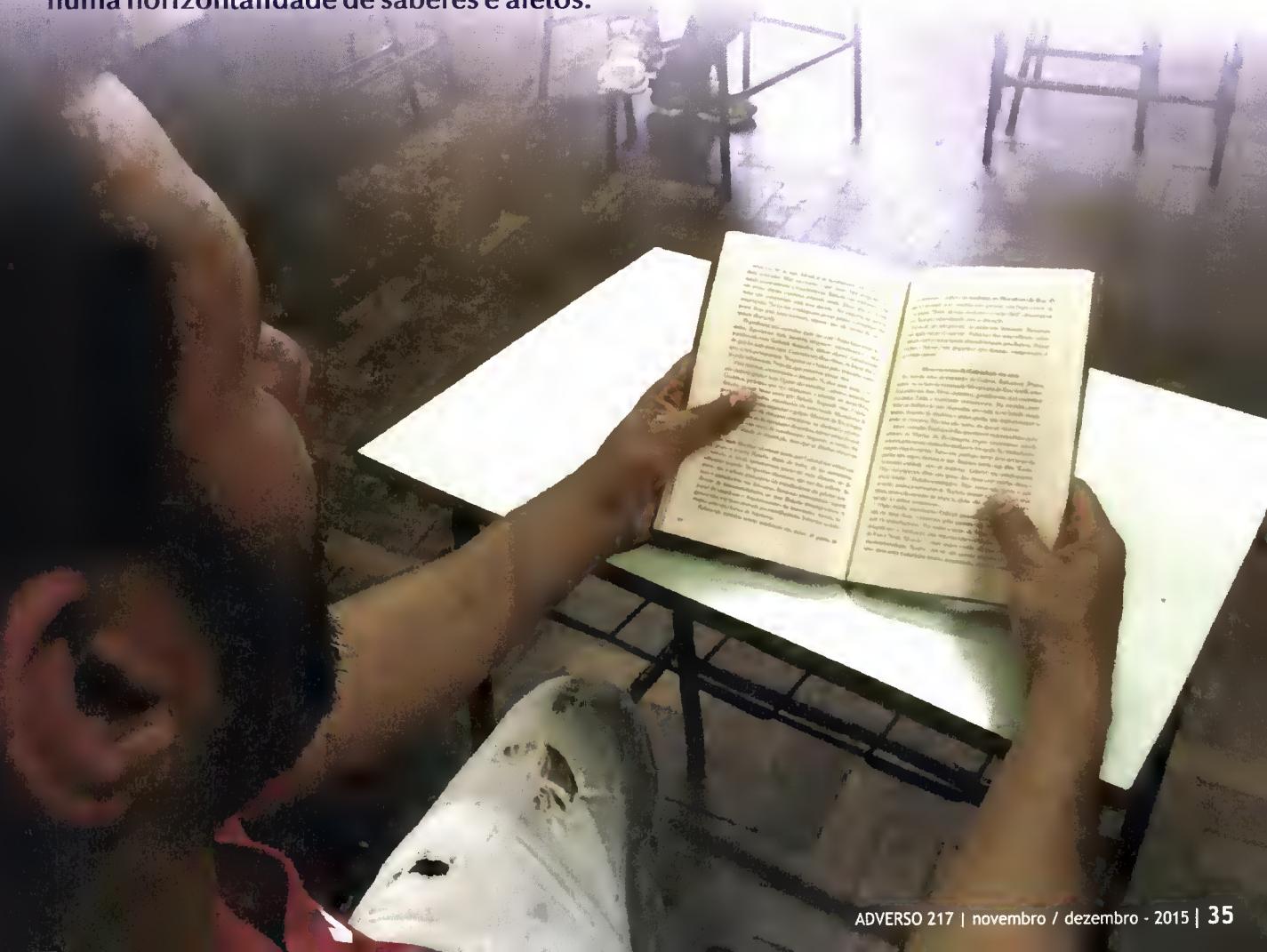
Kelly da Silva vai além: ela destaca que em política educacional uma mudança interna, como a curricular, é mais barata do que todas as outras, sendo que a expectativa sobre bons resultados recai sobre os professores. "E se algo não der certo, a responsabilidade, igualmente, recai sobre os professores, dando a impressão de que não são capazes." A docente espera que, com o tempo, outras políticas se alinhem à BNC, como a de formação de professores, formação continuada, a de financiamento, a de melhoramento da infraestrutura, entre outras. "A Base, por si só, não resolverá os problemas das escolas no País ou os problemas de aprendizagens. É preciso, em torno dela, um conjunto de políticas e esforços para que mudanças substantivas ocorram."



Outro olhar sobre quem vive em situação de rua

por Araldo Neto

Estima-se que, hoje, em Porto Alegre, existam entre três e cinco mil moradores de rua. O número é muito superior ao contabilizado no último senso realizado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em 2011, que registrou 1,3 mil pessoas nesta condição. Foi pensando nesse crescente problema social, que nasceu o programa de extensão da Ufrgs, Universidade na Rua. A iniciativa busca construir um espaço interpessoal entre universitários, professores e pessoas em situação de rua, numa horizontalidade de saberes e afetos.



Coordenadora do programa, a professora de enfermagem da Ufrgs, Themis Dovera, afirma que o projeto é importante tanto para o aluno bolsista quanto para o morador de rua. “É uma experiência que proporciona ao nosso universitário a oportunidade de criar vínculos verdadeiros e, às pessoas em situação de rua, o empoderamento de pertencer ao Programa Universidade na Rua, que é o portão de entrada de cada um para a Universidade”, afirma.

Uma das ações do projeto de extensão é a realização de oficinas para atender pessoas que vivem na rua. Na Escola Municipal Porto Alegre (EPA) acontecem oficinas de Saúde Popular e Filosofia. Nas aulas ministradas pelo bolsista Max Dutra, os moradores de rua recebem informações sobre vacinas e DSTs, por exemplo. Em cada oficina, o número de alunos varia entre 10 a 15. A oficina sobre Redução de Danos é outra ação do programa Universidade na Rua relacionada à saúde. Nas aulas, são abordados temas como “o estigma dos usuários de drogas e seus sentimentos”, “a importância do uso seguro de drogas para prevenir doenças como hepatite e tuberculose” e



até mesmo “práticas de como proteger seus lábios e confeccionar os utensílios”, no caso dos usuários de crack.

O professor de arquitetura da Ufrgs, Fernando Fuão, que também coordena o programa Universidade na Rua, é o ministrante da oficina de Filosofia. As aulas abordam questões existenciais e temas relacionados à sociedade e controle. Os encontros também têm a finalidade de estimular o grupo a realizar atividades de geração de renda. A ideia é que cada um, dentro das suas habilidades, consiga produzir alguma coisa para ser comercializada. O integrante do movimento nacional da



Arquivo Universidade na Rua



Themis Dovera, Fernando Fuão e Maria Gabriela

população de rua, Dilson Correa, participa assiduamente das atividades da oficina. Segundo ele, as aulas de filosofia “são importantes para tirar a domesticação, opressão e manipulação, para a gente entender como funciona o sistema”.

Para gerar renda

A geração de renda é a principal dificuldade para quem vive em situação de rua. A grande maioria trabalha reciclando ou catando lixo. Segundo levantamento da FASC, 36% sobrevivem desta atividade. Para eles, o programa realizou parceria com a ONG Casa Rosa, que atua diretamente com catadores individuais. Localizado na Avenida Voluntários da Pátria, próximo à Rodoviária, o espaço Casa Rosa é um pequeno centro social de moradores de rua, funcionando com um brechó, salão de beleza e biblioteca. “Em 2016, vamos deslocar um bom contingente de trabalho para desenvolver atividades na Casa Rosa”, informa Fuão. Já estão previstas oficinas de fabricação de sabão e de marmitas. Ao longo do ano, a prioridade será desenvolver atividades relacionadas à alimentação e implantar um

telecentro.

Segundo a professora Themis Dovera, a renda resultante do trabalho com lixo é cada vez menor, devido ao grande número de empreendimento que atuam na área de coleta e reciclagem. É necessário criar novas fontes de renda, em atividades que estejam ao alcance das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, existem projetos como o “Cara na Rua”, que produz postais e calendários para serem vendidos nas sinaleiras, e o jornal Boca de Rua, tradicional em Porto Alegre. Essas iniciativas são apoiadas pelo programa de extensão, que tem como meta para 2016 instalar barracas de venda do jornal Boca de Rua em três campi da Ufrgs. Outro projeto para 2016 é desenvolver exposições itinerantes, reunindo vários projetos executados na EPA. De acordo com a coordenadora desta atividade, professora Maria Gabriela Corvelo Godoy, que é vinculada à Escola de Enfermagem da Ufrgs, a ideia da exposição é mostrar para a cidade a potência da população de rua, dar visibilidade à Escola Porto Alegre, além de fortalecer o protagonismo dos estudantes e a geração de renda.



Max Dutra dando aula: oficina de saúde.

Programa quer morador de rua na Universidade

Um dos objetivos do programa é propiciar que a pessoa em situação de rua, de alguma maneira, tenha acesso à Universidade. De acordo com o coordenador Fernando Fuão, não é justo que se mantenha uma universidade com dinheiro público, e que o retorno sempre seja em benefício das classes privilegiadas. "A Universidade Pública é dinheiro público, e todo conhecimento que ela produz tem que voltar para a sociedade. É impossível a gente ficar financiando conhecimento somente a serviço das classes dominantes", afirma. Fuão observa que a presença física das pessoas em situação de rua na Universidade é proibida pelos mecanismos de controle e pelo próprio corpo docente, que segundo ele, "não vê isso com bons olhos". O professor conta que a Ufrgs fechou as portas para a comercialização de produtos fabricados pelos moradores de rua e para apresentações artísticas que realizavam. "Somos totalmente domesticados e as pessoas em situação de rua são um exemplo da não-domesticção." Na opinião de Fuão, vê-los em um estado pleno de liberdade, de independência do sistema, "nos ofende". Duas pessoas vinculadas ao programa Universidade na Rua irão prestar vestibular na Ufrgs em 2016. Para o ano que vem, o objetivo é organizar uma turma da EPA para prestar vestibular. "Queremos grupos fixos se preparando. Imagina o que vai representar

para uma pessoa, que está em aluguel social, entrar para a Universidade, Ter acesso à casa do estudante e fazer refeições no RU?", indaga a professora Themis Dovera.

Segundo Fernando Fuão, não se pode estigmatizar que a droga e o alcoolismo são os problemas dos moradores de rua, pois estes vícios também estão presentes nas classes mais privilegiadas. Para ele, a não-moradia também não é uma caracterização. O que está em jogo, acredita, é uma questão da domesticação, de pessoas que não seguem o ordenamento da domesticação, ou seja, da criança que vai para a escola e da escola vai para a universidade e da universidade ela se insere na produção capitalista. Quem se perde em uma destas etapas, vai para a cadeia, para as drogas e acabou. Para ele, "é isso, de certa forma, o que incomoda nos moradores de rua". Fuão cita estudos que recomendam que o trabalho com pessoas em situação de rua não devem ser no sentido de reinseri-los na sociedade. O correto seria inverter a lógica, fazendo a sociedade entender que esse é um modelo possível de vida. "Não necessariamente do jeito que vivem, mas mostrando que há outras possibilidades de existência, que não a vida domesticada. Não há nada de errado com as pessoas em situação de rua, mas sim com a grande maioria de nós, que vivemos uma vida completamente sob o estigma de adestramento", conclui.

Referência para a população de rua está ameaçada

A Escola Municipal Porto Alegre (EPA), localizada na Rua Washington Luís, no centro da Capital, é uma referência no atendimento a jovens e adultos em situação de rua. Com mais de 20 anos de atuação, a instituição é a única no Brasil, em âmbito governamental, que atua neste segmento. Mais de 100 pessoas em situação de rua, com idade entre 15 e 59 anos, são atendidas na escola. Eles têm acesso ao ensino de 1^a a 4^a séries, no turno da manhã, e de 5^a a 8^a séries, no turno da tarde. A professora do setor de acolhimento, Carla Almeida Pfeifer, explica que quem chega à escola passa por uma entrevista e é acolhido em uma turma conforme uma investigação pedagógica. Na EPA, os estudantes em situação de rua recebem auxílio para encaminhar documentos e, também, orientação para obter seus direitos. A Instituição conta, ainda, com refeitório, biblioteca, banheiros para banho e lavanderia. Por meio de parceria com outros projetos sociais, como o Universidade na Rua, a EPA sedia oficinas de cerâmica, papel reciclado, xadrez, filosofia, saúde popular, entre outras. Segundo a vice-diretora da Escola, Maria Beatriz Osório Stumpf, trabalhar com pessoas em



Maria Beatriz, vice-diretora da EPA

situação de rua é uma atividade intensa, "porque todos os problemas deles vêm pra dentro da escola". Recentemente, a escola virou alvo de polêmica, depois que a Secretaria Municipal de Educação (SMED) anunciou o encerramento das atividades dirigidas aos moradores de rua e definiu que o local abrigaria turmas de Educação Infantil. A Secretaria alega que faltam espaços para a Educação Infantil e que os estudantes da EPA seriam transferidos para o Centro Municipal de Educação do Trabalhador Paulo Freire. As atividades foram mantidas, depois que a escola obteve uma liminar na justiça garantindo que a instituição deve ser mantida em seu formato atual.



Arquivo Universidade na Rua

Amor de rua

Aline está feliz. Diz ter encontrado, na rua, o homem da sua vida. "Em breve, a gente vai casar. Ele está batalhando para sair da rua junto comigo", afirma. Aos 23 anos, ela faz tratamento para se livrar das drogas. Há cinco anos, Aline abandonou a casa da sua família, com quem não tem mais contato. Ela conta que foi para rua, porque um de seus familiares queria escravizá-la. Motivo: não tinha dinheiro para contribuir com as despesas da casa. Atualmente, Aline pernoita na Aldeia, como é conhecido o espaço atrás da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde vive a maioria dos alunos em situação de rua que frequentam a Escola Porto Alegre. Orgulhosa, ela conta que pintou um banco na Aldeia, tendo Vinicius de Moraes como inspiração.



Aline

Tentando recomeçar

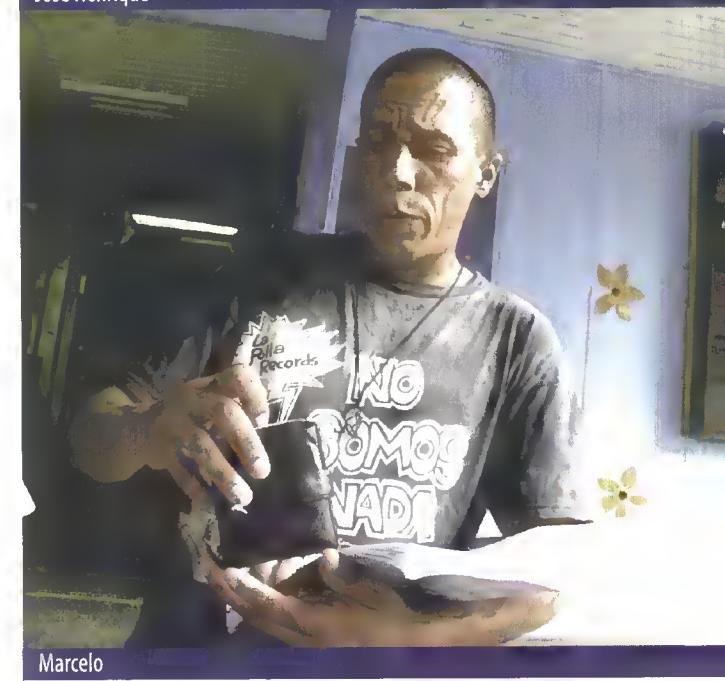
José Henrique estuda na EPA e participa de todas as oficinas ofertadas no local. Ele destaca a importância da oficina de filosofia para a sua vida, porque ela estimula a "pensar diferente". Depois de 15 anos vivendo na rua, ele revela que está "tentando se levantar". José Henrique tinha sua própria casa e trabalhava, porém, com a morte da esposa, ele foi para a rua. Hoje, aos 37 anos, José Henrique quer dar um novo rumo para a sua vida.



José Henrique

Movido pelo sonho de conhecer sua cidade natal

Aos três anos de idade, Marcelo Adrian Castilla deixou a cidade de Itajaí, em Santa Catarina, junto com sua mãe, rumo ao Uruguai. A mudança deixou marcas em Marcelo. "O Uruguai roubou metade de minha vida", afirma. Disposto a conhecer sua cidade natal, ele abandonou a vida estável em Montevideu, onde trabalhava "navegando em barcos", pegou carona com um caminhoneiro e veio parar em Porto Alegre. Na EPA, ele dedica seu tempo para "aprender a ler e a escrever o português". Marcelo é grato à escola que "me dá um prato de comida e me deixa lavar minha roupa". Mas seu objetivo não é ficar em Porto Alegre. "Estou a 700 quilômetros do meu sonho. Não peço dinheiro ou casa. Eu peço coisas mais fáceis, que são um direito de todos: falar, escrever, conseguir um trabalho e, depois, comprar uma passagem pra Itajaí", confessa.



Marcelo

Anderson quer ser exemplo para fugir das drogas

Anderson vive desde os 15 anos de idade em situação de rua. Hoje, aos 34 anos, ele é beneficiário do aluguel social e se descreve como uma pessoa que quer evoluir. Anderson decidiu aplicar a verba do benefício em uma igreja, onde procura ajuda espiritual. A mesma igreja que frequenta é o seu lar, atualmente. "Creio que estando lá, eu não vou sair para o mundo de drogas. Vou buscar forças para superar qualquer tipo de adversidade. Ainda quero ser um exemplo para as pessoas, mostrar que é possível sair desse meio de drogadição", afirma. Ele descreve sua vida como um terreno com altos e baixos. Na visão dele, a principal dificuldade de quem vive em situação de rua é conseguir e permanecer em um emprego. "Se a pessoa está empregada, está se estruturando. Já é um alívio! Onde não há emprego, a pessoa já se apavora, procura outros caminhos, que vão desvirtuar ele daquele âmbito social", diz. No começo de 2016, Anderson vai prestar vestibular na Ufrgs para Políticas Públicas. A inscrição foi financiada pelo projeto Universidade na Rua.



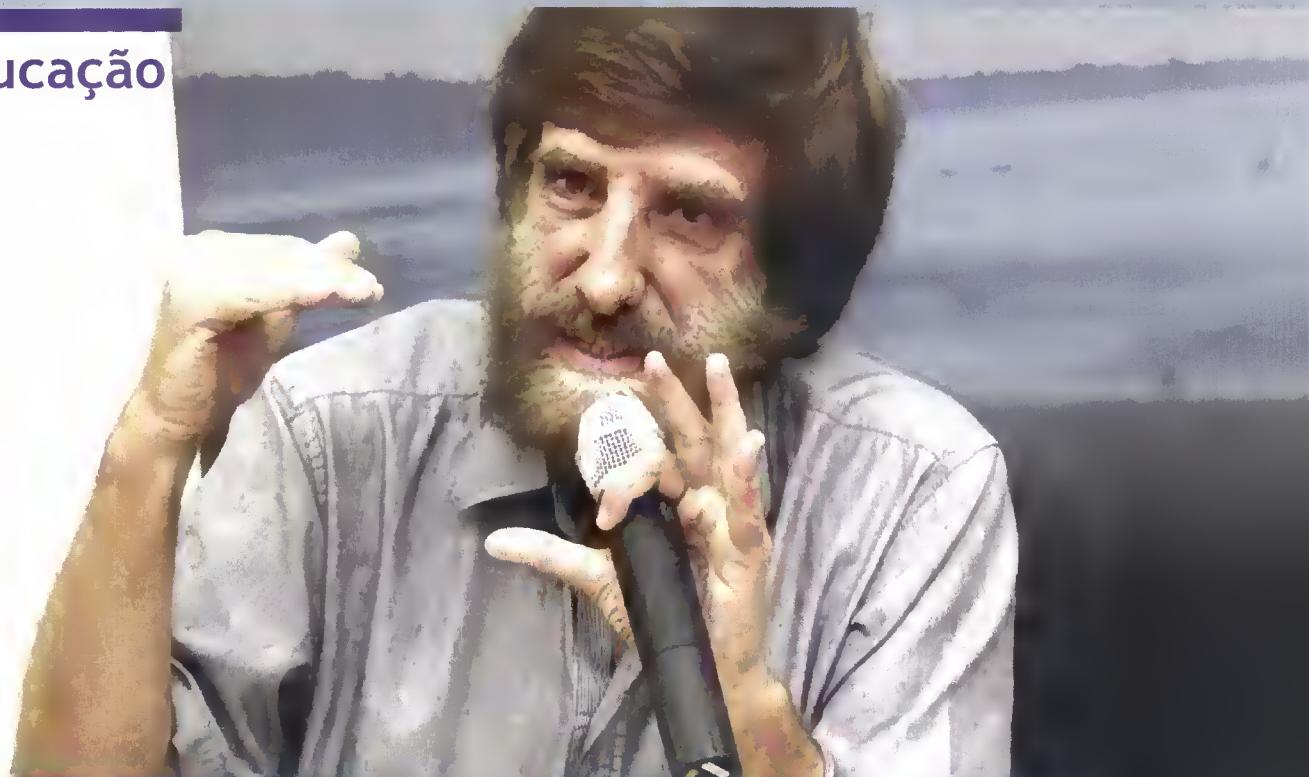
Anderson



Dilson



Arquivo Universidade na Rua



Gil Vicente alerta para privatização do ensino superior

por Juliana Thomaz

O avanço dos repasses de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior é uma realidade mundial, que, nos últimos anos, passou a ser observado, com preocupação, por especialistas na América Latina e, em especial, no Brasil. A informação é do professor Gil Vicente Reis de Figueiredo, diretor de Relações Internacionais do Proifes-Federação, que apresentou os dados brasileiros em palestra no ciclo “A Universidade do Futuro”, promovido pelo Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA) em parceira com a Adufrgs-Sindical em novembro.

Para Vicente, o aumento exponencial da inversão de investimentos de recursos públicos,

sem controle, não pode continuar. “Esse é um capital predatório numa área crítica, que é o ensino. A educação deve ser pública, porque ela precisa servir para mudar a realidade, ampliar a capacidade das pessoas se desenvolverem plenamente”, afirmou. Atualmente, um trabalho conjunto entre o Proifes e a Internacional de Educação tenta entender e desvendar o fluxo de recursos públicos para a educação superior privada e a questão da privatização do ensino, especialmente na América Latina. A ideia é entender como as grandes corporações privadas de ensino superior atuam e como fazem para se apropriar dos recursos públicos.

'Mercado atraente'

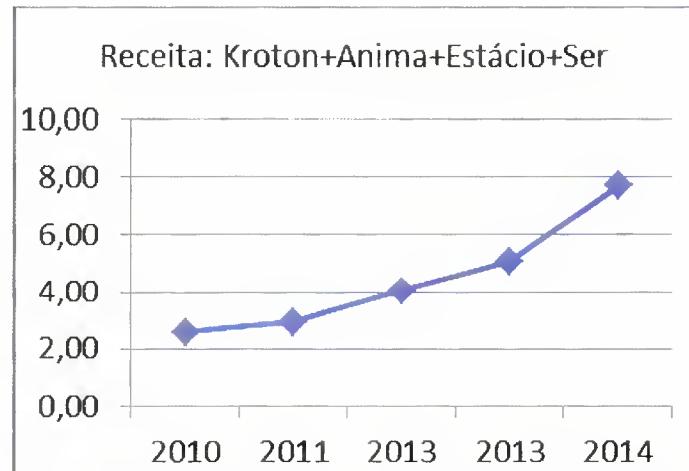
O professor explicou que as empresas aprenderam a canalizar o dinheiro e se movem de país em país, transformando a educação numa grande fonte de lucro. Tomando por base quatro empresas educacionais brasileiras de capital aberto – Kroton, Estácio, Ser e Anima -, Vicente demonstrou com números o vantajoso mercado do ensino privado.

Segundo ele, as receitas destas quatro empresas triplicaram de 2010 a 2014 e o lucro delas atingiu R\$ 1,789 bilhão em 2014 – 23,3% da receita. "Algo de fazer inveja a qualquer investidor", provocou. E o responsável por cerca de 50% destas receitas é o programa federal de financiamento estudantil FIES.

Dados sobre quatro empresas educacionais brasileiras de capital aberto: Kroton, Estácio, Ser e Anima

Os valores abaixo correspondem, anualmente, entre 2010 e 2014, à soma das receitas das quatro empresas em estudo (em R\$ bilhões):

2010	2,60 bilhões
2011	2,95 bilhões
2012	4,05 bilhões
2013	5,10 bilhões
2014	7,70 bilhões

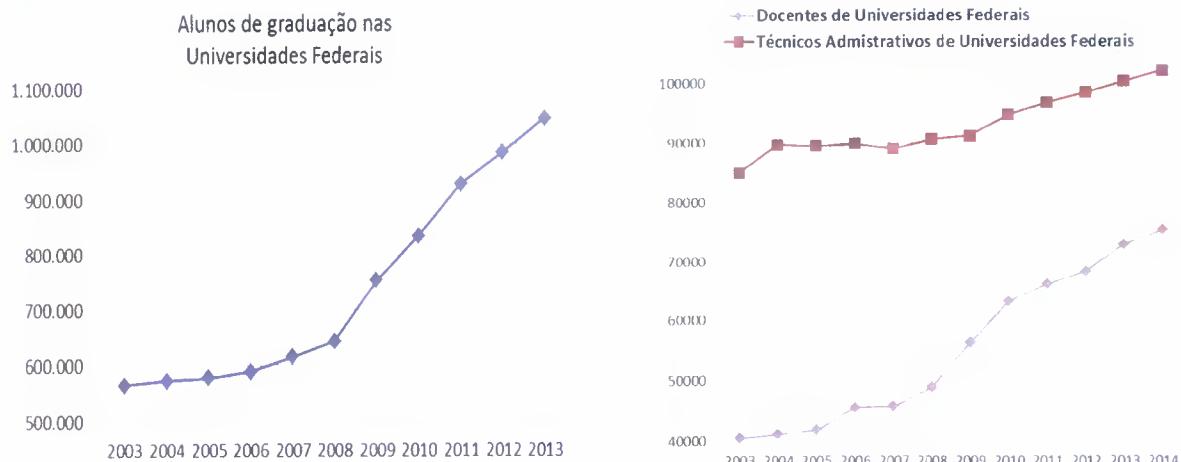


Fonte: Oscar Malvessi Consultoria. Publicado no Estado de SP, em 28 julho 2015.

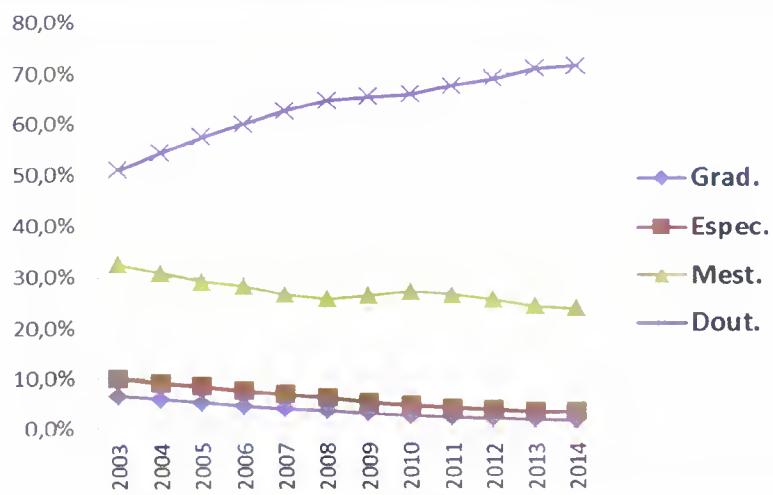
Vicente reconhece os avanços na educação pública na última década e meia, mas questiona o volume de recursos públicos destinados às instituições privadas e os resultados desta política. Isso está aumentando a possibilidade de inclusão? Está garantindo qualidade do diploma? Ele acredita que não. Afirma que houve redução do peso da folha de pagamento dos professores frente à receita - de 45%, em 2010, para 35%, em 2014-, que a titulação do corpo docente pouco variou e que não houve crescimento expressivo de matrículas privadas: entre 2002 e 2010, a taxa de crescimento anual das matrículas foi de 5,7%, e entre 2010 e 2013 (último ano com informações disponíveis), de

3,1%. Portanto, pode-se concluir que a estratégia das empresas foi aumentar o número de alunos através do FIES - de 6%, em 2010, para mais de 40%, em 2014 -, reduzindo os riscos de inadimplência e garantindo pagamento das mensalidades pelo governo.

Ao contrário deste cenário, na educação superior pública, em pouco mais de uma década, registrou-se a criação de novas universidades e campi, a expansão dos Institutos Federais, o crescimento das matrículas, o aumento no número de docentes nas universidades federais – de 40 mil em 2003 para cerca de 80 mil hoje -, e sua progressiva qualificação.



Expansão da Educação Superior Pública [2003 em diante]



Linha do Tempo

1975

Programa de Crédito Educativo: repassava recursos diretamente para as instituições de ensino superior privadas.

1992

Reformulação do programa anterior que passou a se chamar **Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes - CREDUC.**

1999

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES. Criado para financiar com recursos públicos a educação superior para estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

Alterações do FIES ao longo dos anos

2008

Bolsa parcial PROUNI. O aluno pode custear o restante com o FIES.

2009

Criado e regulamentado o **Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)**, que destinava R\$ 4 bilhões para cobrir 80% de eventual inadimplência no FIES (empresas arcavam com 7%). Em 2012, o FGEDUC passou a cobrir 90%.

2010

Redutor da dívida por trabalho: licenciados (docentes da rede pública) e médicos (Programa Saúde da Família) – 1% ao mês.

Recursos públicos para educação privada

Histórico

O que aconteceu com a educação superior pública nos últimos anos e o que aconteceu com os repasses de recursos públicos para a educação privada? Gil Vicente detalhou as mudanças na legislação brasileira que, segundo ele, beneficiaram e estimularam a inversão dos investimentos dos recursos públicos.

Para se ter uma ideia, o orçamento somado de universidades e institutos federais foi de R\$ 35 bilhões em 2014. Durante o Governo Lula, o repasse via FIES representava 4% do orçamento do sistema público. Em 2014, o repasse do programa chegou a algo próximo de 40% desse orçamento e a expectativa para 2016 é que chegue a 60%. Ou seja, mais da metade dos recursos capazes de sustentar todo o sistema público de educação superior deverá ser repassado ao ensino privado através do FIES em 2016. "Não partimos do pressuposto de que não haja nenhum recurso público na educação privada, mas isto é uma brutalidade", considerou Vicente.

O diretor do Proifes criticou a transformação da educação em mercadoria e acusa o FIES de ter sido revertido em lucro para as empresas privadas. "Não é admissível que o volume de dinheiro aumente e o recurso não vá parar na qualidade do diploma, mas



Programa de Financiamento Estudantil do Ensino Superior.



sim no bolso dos acionistas", alertou. A partir de 2014, a União estabeleceu algum controle e passou a exigir alguma contrapartida. Mas independentemente das medidas adotadas pelo governo federal em nome do chamado 'ajuste fiscal', o professor Gil Vicente defende a necessidade de uma reanálise da política implementada nos últimos quatro anos.

2010

Alterada a taxa de juros do financiamento de 6,5% para 3,4% para todos os cursos.

2012

Alterada a carência para o início do pagamento do empréstimo de 6 para 18 meses. Estendido o prazo de pagamento de 2 vezes o período financiado + 1 ano, para 3 vezes + 1 ano.

2012

Novas regras facilitam o acesso ao programa.

2013

Retirada da exigência de 'idoneidade cadastral' do estudante. Dispensa de fiador com opção pela garantia do FGEDUC em alguns casos.

2014

Ampliada abrangência para alunos de mestrado acadêmico e profissional e doutorado.

2014

Portaria 21 exige 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e não zerar na redação. Portaria 23 estabelece o pagamento, pelo governo, às empresas privadas de ensino, de 8 parcelas anuais, uma a cada 45 dias.

2015

Limitação da quantidade de financiamentos. Prioridades para cursos com nota 4 ou 5. Áreas de interesse ou regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estabelece acesso ao programa só para renda familiar até 2,5 salários mínimos.

Artigo

Barragens

Sandor Arvino Grehs

Professor Titular Aposentado da Ufrgs, Geólogo e
Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

Imagem: BrasiliainfoMine.com



A construção de barragens constitui uma interferência na dinâmica de comportamento de bacias hidrográficas. O conceito de bacia hidrográfica não está limitado aos aspectos topográficos que a delimitam, mas inclui a variabilidade de feições geológicas, geomorfológicas, solos, cobertura vegetal, uso do solo que influenciam no comportamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Tais obras de engenharia podem ter a finalidade de geração de energia elétrica, controle de enchentes, navegação, irrigação, uso múltiplo e barragens de contenção de rejeitos de mineração. Independentemente dos objetivos das barragens, todas interferem no ciclo hidrológico e causam impactos no meio físico, no meio biótico e no meio antrópico, aspectos inerentes às bacias hidrográficas, onde se manifestam relações de causa e efeito.

Para minimizar os efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos, os projetos de engenharia de barragens devem obedecer aos condicionamentos da legislação ambiental pertinente. Apesar de tais pressupostos, a atuação dos órgãos de licenciamento tem sido deficiente ao analisar os projetos de engenharia de barragens, via de regra, isoladamente, sem atentar para a

sinergia de efeitos negativos em relação a outras obras de infraestrutura no contexto da mesma bacia hidrográfica. Como resultado de tais procedimentos, que não contemplam adequadamente uma avaliação ambiental integrada, têm surgido conflitos e danos, frequentemente irreversíveis, ao meio ambiente e populações afetadas.

As barragens, por apresentarem elevado risco potencial quanto à estabilidade, constituem estruturas que demandam monitoramento constante, envolvendo, inclusive, o entorno circundante, especialmente a jusante. Quando tais providências são negligenciadas, aumentam os riscos de rompimento e danos consequentes.

É pertinente mencionar que a Comissão Internacional Sobre Grandes Barragens demonstrou que acidentes se devem ao colapso da fundação, especialmente devido a problemas de erosão interna e perda de resistência. Os modelos genéricos utilizados em grandes barragens, para prever a geração de supressões em fundações, consideram apenas a influência do reservatório e não contemplam o comportamento hidrogeológico do maciço rochoso como fundação. Tais modelos não consideram as áreas de recarga, devido aos padrões de chuva locais, através de aflora-

"As barragens, por apresentarem elevado risco potencial quanto à estabilidade, constituem estruturas que demandam monitoramento constante, envolvendo, inclusive, o entorno circundante".

mentos das rochas fraturadas nas imediações da barragem. Entretanto, não existe dúvida no sentido da necessidade de identificar e investigar tais influências durante a construção, de modo que sejam criteriosamente consideradas na avaliação de estabilidade.

No caso de barragens de contenção de rejeitos de mineração a céu aberto, os riscos de rompimento aumentam consideravelmente, por constituírem estruturas que se modificam durante a construção, e são afetadas por alterações das cavas, que alteram o ciclo hidrológico local, com incrementos das taxas de recarga de aquíferos, consubstanciando situações de significativo e crescente aumento de subpresões nas fundações do barramento.

Entre as causas de rompimento de barragens de rejeitos de mineração podem ser elencadas falhas de projeto, construção e operação, conjugadas com deficiências dos órgãos de fiscalização e de licenciamentos nas esferas estadual e federal. Tais deficiências contribuíram para a ruptura de barragem de rejeitos de mineração em Mariana, Minas Gerais, com todas as consequências desastrosas, ocasionadas pelo deslocamento da lama de rejeitos, que afetou a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, atingindo o Estado do Espírito Santo e afetando, também, o ecossistema costeiro e as praias marítimas, sob a influência do despejo no Oceano Atlântico.

É pertinente mencionar que a barragem de contenção de rejeitos de mineração de ferro, que rompeu em Mariana, foi objeto de um laudo técnico do Instituto Prístino (1), que, em 21 de outubro de 2013, alertou para os problemas detectados na barragem do Fundão. Apesar do alerta tempestivo, não foram tomadas as providências adequadas por parte da mineradora, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), pelo IBAMA e pelo órgão ambiental estadual. O desastre de Mariana evidencia que as entidades federais e estaduais, com poder e dever de exercer outorga e licenciamento de atividades de

mineração, não fiscalizaram adequadamente a implantação e operação de projetos, configurando situações de responsabilidades pelos funestos resultados evidenciados.

A figura 1 corresponde à imagem do Google-earth de 5/7/2013, explicitando a localização de barragem do Fundão antes do rompimento e antes do laudo do Instituto Prístino, bem como a mina a céu aberto, caracterizada por escavações de grande envergadura, e a localidade de Bento Rodrigues.

A figura 2 se refere à imagem do Google-earth de 11/11/2015, portanto, após a ruptura da barragem do Fundão em 5/11/2015, ilustrando os efeitos da corrida de lama para Bento Rodrigues.

A observação das duas figuras possibilita, através das imagens de satélite, aferir o impacto provocado na paisagem mais próxima à jusante da barragem do Fundão.

Pelas características geológicas das jazidas de ferro em lavra, os rejeitos de mineração que foram depositados na barragem do Fundão representam enorme potencial de incidência de minerais pesados, tais como cromo, cádmio, cobre, cobalto, chumbo, arsênio e mercúrio. A propósito, cumpre enfatizar que, na área, ocorreram, e ainda ocorrem, atividades garimpeiras para captar ouro, tendo sido usado o

Entre as causas de rompimento de barragens de rejeitos de mineração podem ser elencadas falhas de projeto, construção e operação, conjugadas com deficiências dos órgãos de fiscalização e de licenciamentos nas esferas estadual e federal.

mercúrio no processo de extração. É fato comum a ocorrência de mineralizações auríferas em formações ferríferas, o que tem relação direta com a denominação de Ouro Preto para a cidade mineira. A busca liberação dos rejeitos acumulados e enriquecidos com metais pesados evidencia uma incidência de poluição no meio ambiente, sendo que o mercúrio, pela sua elevada toxidez, pode ter impactos desastrosos nos recursos hídricos e no meio biótico, incluindo os seres humanos.

Figura 1



Figura 2





Fotos: Agência Brasil

No Estado de Minas Gerais ocorreram, recentemente, ruptura das seguintes barragens:

Junho de 2001 – Mineração Rio Verde, Nova Lima, com cinco mortes, danos à flora, fauna, unidade de conservação, adutoras de abastecimento de água e assoreamento de rios.

Março de 2007 – Rio Pomba Mineração Cataguazes, Miraí, MG, danos ambientais, prejuízos ao abastecimento de água, mais de 500 pessoas desalojadas, reincidente.

Se as autorizações concedidas pelo DNPM, pelo IBAMA e pelo órgão ambiental, fundamentadas em relatórios da mineradora, que contratou auditoria externa especializada, que, por sua vez,

endossou, recentemente, os procedimentos operacionais na barragem do Fundão, assegurando terem sido seguidas as orientações de segurança exigidas, como pode ter ocorrido a ruptura do barramento? Tentativas de atribuir a abalos sísmicos, de baixíssima intensidade, a possível causa do colapso da barragem, evidenciam, provavelmente, o encobrimento das reais causas, consubstanciadas em desídia nos aspectos operacionais, talvez motivada pela substancial queda do preço do minério de ferro no mercado mundial, especialmente na China.

Referências

1 – Laudo do Instituto Prístino- 2013 - **Laudo Técnico em resposta ao Parecer Único N° 257/2013. Descrição do Fato: Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão – SAMARCO MINERAÇÃO S/A.**

2 – Duarte, AP – 2008 – **Classificação das barragens de contenção de rejeitos de mineração e de resíduos industriais no Estado de Minas Gerais em relação ao potencial de risco.** Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte.



Seja bem-vindo,

2016

Desejamos a todos os associados
um ano de muitas alegrias e realizações.

Esperamos todos na nossa nova sede, a partir de março,
na Rua Barão do Amazonas, 1581.





ADUFRGS
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação